

EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0232/2026 - UC/Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90232/2026 - UC/Saúde

COMUNICADO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro **Sr. Anderson Kleyton Gomes da Silva** designada pela **Portaria GP nº. 0935/2026** torna público, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço GLOBAL**, objetivando a contratação dos produtos indicados no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (**internet**).

1.2. A licitação será regida pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024; nº 080 de 30 de julho de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3. A sessão pública para processamento desta licitação será realizada no Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br> **UASG: 926809** no **dia 17 de julho de 2026 às 09h00min** (horário de Brasília/DF);

1.4. Esta licitação **NÃO está reservada exclusivamente** à participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

1.5. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I Termo de Referência
Anexo II Cadastro para assinatura de contrato
Anexo III Minuta de Contrato

OBJETO

2.1. Pregão Eletrônico, que objetiva a contratação de empresa especializada em **Manutenção Preventiva e Corretiva, Para Rede de Gases Medicinais, com Reposição de Peças sob Demanda**, pelo período de 12 meses, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

2.2. Em caso de divergência entre o descritivo dos itens no edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.

2.3. O valor estimado para o item relacionado nesse Edital é de: **R\$ 2.933.103,73 (dois milhões, novecentos e trinta e três mil e setenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos em planilha abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	MÉDIA FINAL	TOTAL
1	24597 (SIMILAR)	Serviço de manutenção corretiva de forma ilimitada nas redes de gases medicinais, contemplando assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, e reposição de peças desde os pontos de abastecimento até o ponto de utilização. Serviço realizado nas centrais de manifold e todo o sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico medicinal. A execução do serviço de manutenção corretiva será realizado mediante abertura de chamado diretamente com a empresa contratada, a mesma terá um tempo de 24h para realizar o atendimento e resolução da situação de manutenção ou em caso de emergência deverá ser realizado de imediato. O serviço deve ser	UND./ SERVIÇO	60	R\$ 1.933,33	R\$ 115.999,80

		executado em nas unidades de saúde do município de caruaru que possuam, rede de gases medicinais, pontos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico . Deve ser gerada uma Ordem de serviço sempre que for executada a manutenção corretiva a mesma deve ser assinada pelo técnico executor da empresa e o responsável técnico. O serviço deve manter o funcionamento ininterrupto do fornecimento de gases medicinais de forma a garantir a segurança de abastecimento das unidades de saúde do município de Caruaru.				
2	24597 (SIMILAR)	Serviço de manutenção preventiva contemplando assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, e reposição de peças desde os pontos de abastecimento até o ponto de utilização, de forma programada por meio de cronograma estipulado de acordo com manuais do fabricante ou conforme as legislações vigentes no país. As manutenções preventivas devem ocorrer de forma mensal com visitas quinzenais na rede gases medicinais ou em caso de emergência em 24h nos pontos de consumo e centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico. Deve ser gerado um relatório de manutenção preventiva sempre que finalizado o serviço, o relatório deve ser claro objetivo e apontar a real situação dos sistemas de gases medicinais e as possíveis soluções para o problema. Devem ser realizadas teste de estanqueidade da rede de gases conforme o fabricante com periodicidade mínima anual. O serviço deve ser executado em todas as unidades de saúde do município de caruaru que possuam rede de gases medicinais, pontos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico.	UND./ SERVIÇO	60	R\$ 36.996,67	R\$ 2.219.800,20
3	Fornecimento de peças sob demanda para manutenções corretivas e preventivas nas centrais de ar comprimido e vácuo clínico medicinal das unidades de saúde do município de Caruaru-PE.(VALOR MERAMENTE PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS)		NÃO APRESENTAR LANCE PARA ESTE ITEM			R\$ 597.303,73
TOTAL GERAL						R\$ 2.933.103,73

2.3.1 A presente contratação tem como valor estimado nos serviços de manutenções o importe total anual de **R\$ 2.335.800,00 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais)**. Será empenhado um valor de **R\$ 597.303,73 (quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e três reais e setenta e três centavos)** para a aquisição de peças e acessórios sob demanda destinado aos equipamentos da Rede de Gases Medicinais. Ressalta-se que as peças/partes/componentes/acessórios, deverão ser originais e compatíveis com o(s) equipamento(s).

2.3.2. Locais de execução dos serviços:

Unidade de Saúde	Endereço
UPA- SALGADO (localizada no Complexo Municipal de Saúde do Salgado Dr. Antônio Vieira),	Rua Rodopiano Florêncio, s/n, no bairro Salgado, Caruaru - PE, CEP: 55019-125
UPA- RENDEIRAS Dr. José Barreto	R. Maj. João Coelho, 165 - Rendeiras, Caruaru - PE, 55022-220
UPA-BOA VISTA Dr. Amorim	Av. Caruaru, 943 - Nova Caruaru, Caruaru - PE, 55038-270
MATERNIDADE MUNICIPAL SANTA DULCE DOS POBRES	R. Luar do Sertão, 288 - Luiz Gonzaga, Caruaru - PE, 55020-520
HOSPITAL MUNICIPAL Dr. MANOEL AFONSO	R. Quitéria Francisca da Silva, 494 - Maria Auxiliadora, Caruaru - PE, 55038-215

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Certame:

3.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame;

3.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido;

3.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do

representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

3.1.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

3.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no Art. 72, § 8º, V, da Lei nº. 9.605/1998;

3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei nº. 8.429/1992;

3.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no Art. 9º, §1º, da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o Art. 9º §1º, da Lei nº. 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

3.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.

3.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº. 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) **Que não incorro nas condições do Art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**

b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;

e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme Art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o Art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

g) Para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º. Da Constituição Federal/88;

h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 11º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal/88;

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº. 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. () sim, ME; () sim, EPP; () não, outros enquadramentos;

j) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

3.4.1. **A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.**

3.5. **A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas.**

CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> **UASG: 926809**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de

Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na LC nº. 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

- a) Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal:
<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

- a) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de denominada ECF – Escrituração Contábil Fiscal, juntamente com seu respectivo recibo de entrega;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do Contrato Social e suas alterações.

5.2. Os documentos relacionados no subitem 5.1 acima, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº. 103, publicada no D.O. (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal**, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da LC 123/2006.

5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei; sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

5.6. Os documentos de comprovação da condição de beneficiária da Lei Complementar nº. 123/2006, quando apresentados pela licitante, deverá ser feito **junto com a que se refere o item 10 deste Edital**.

5.7. Os documentos apresentados acima não excluem a comprovação da **qualificação econômico-financeira**, excetuando-se o caso de pronta entrega.

Para empresas enquadradas no item 5.1, I - poderá ser apresentado o **DEFIS**, para comprovação de **qualificação econômico-financeira**.

DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema com chave de acesso e senha, proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.3. Não será aceita a proposta que oferecer quantidade inferior a **100%** do que foi solicitado.

6.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.8.1. Prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6.8.2. Preço unitário e total do item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, expresso em moeda corrente nacional (R\$), **com até 4 (quatro) casas decimais**, considerando as quantidades constantes da planilha estimativa do presente Edital;

6.8.2.1. No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação.

6.8.3. Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone, e-mail e o respectivo endereço ou Caixa Postal com CEP:

6.8.4. Ser emitida por processo mecânico, com identificação do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente ou por seu representante legal;

6.8.5. Descrever detalhadamente todas as características do bem/produto/serviço ofertado, de acordo com as especificações contidas nos anexos deste Edital.

6.8.6. **Apresentar catálogos ou folder, quando couber.**

6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.10. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

6.11. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

6.12. Não serão admitidas ofertas de produtos com especificação diferente do que foi solicitado.

ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

7.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 1% (um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível das licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e **reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação aos itens, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº. 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se

encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, quando for o caso.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60º da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas corridas**, envie a **proposta readequada (via sistema)** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, não sendo permitida a inclusão de documentos que deveriam constar já na fase de cadastramento de proposta/documentos de habilitação.

7.28.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.29. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30. As propostas de preços contendo a descrição do objeto, do valor e dos eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

7.31. A comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.32. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do *certame* na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

7.33. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

7.34. Para o encaminhamento da proposta de preços dos materiais, objeto desta licitação, será exigido o preenchimento do campo **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, com as especificações do objeto de maneira que seja possível analisar a conformidade do objeto ofertado com as exigências do Edital.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no §9º do Art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

8.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº. 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. A qualquer momento poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro)** horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 24h (vinte e quatro) horas corridas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Art. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas avaliando os preços obtidos para cada item e analisando o parecer técnico do solicitante sobre o(s) produto(s) oferecido(s), quando necessário.

9.2. O julgamento será efetuado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, o Agente de Contratação/Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.

DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante melhor classificado**, cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.2. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **24h (vinte e quatro)** corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

10.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.3.1. SICAF;

10.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

10.3.3. Certidão Negativa de Contas Irregulares (<https://spj.tce.pe.gov.br/spj-publico/#/certidao-negativa-contas-irregulares>);

10.3.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.3.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.3.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.3.7. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação;

10.3.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme o disposto nos Arts. 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018.

10.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018 mediante

utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.4.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

10.4.3. **O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme Art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.**

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

DA HABILITAÇÃO JURIDICA

10.8. Documento Constitutivo:

- **Empresa Individual:**

* Registro Comercial.

- **Sociedades Empresárias em geral:**

* Ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, a alteração social consolidada; devidamente registrados na Junta Comercial.

DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

10.9. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.9.1. Fotocópia do CNPJ/MF atualizado;

10.9.2. Prova de Regularidade para com:

- a. **O FGTS;**
- b. **A Fazenda Federal;**
 - b1. que deverá ser feita com a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Negativa de Dívidas Ativas da União.
 - b2. que deve abranger a certidão previdenciária nos termos da Portaria MF 358 de 05/09/2014.
- c. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (de acordo com Lei 12.440/2011), que poderá ser obtida através do endereço: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;
- d. **A Fazenda Estadual** (da sede da licitante);
- e. **A Fazenda Municipal** (da sede da licitante).

DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.10. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(Informações conforme Termo de Referência no item 8.5):

10.10.1. Comprovação de aptidão para execução do objeto licitado, deverá ser mediante atestados/declarações emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de instalação e/ou manutenção de redes de gases medicinais, abrangendo sistemas de oxigênio, ar comprimido e vácuo clínico;

a. Para atender ao disposto acima é necessário que o (s) Atestado (s) ou declaração(ões) permita (m) a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter a razão social como número do CNPJ, o endereço, o número do telefone, com a identificação do signatário e com a assinatura do responsável;

b. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

c. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.10.2. Certidão de **registro da empresa no CREA**, válida e vigente, com área de atuação compatível com o objeto licitado.

10.10.3. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro funcional **Engenheiro Responsável Técnico**, devidamente registrado no CREA, com atribuições compatíveis ao objeto.

10.10.4. Comprovação de emissão de **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** para os serviços executados, nos termos da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

10.10.5. A empresa deverá apresentar Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

10.10.6. Apresentar descrição detalhada do objeto ofertado para o presente certame.

a. Em relação a descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência/edital, ficando a contratada sujeita a desclassificação.

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.11. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.11.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica e / ou obtida eletronicamente nos sítios dos Tribunais de Justiça do Estado da sede da licitante, emitida há menos de **90 (noventa) dias da data designada no item 1.3**, e que esteja válida na data de abertura deste certame;

10.11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais ou SPED, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

- b) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.11.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 em qualquer dos índices referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

10.11.4. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso elas não contenham expressamente o prazo de validade, a **Administração** convencionará o prazo como sendo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

10.12. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para Habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão, salvo em casos de diligência conforme item abaixo.

DAS DILIGÊNCIAS

11.1. É facultada ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da **proposta de preços ou documentação de habilitação, exceto documento comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.2. Os documentos solicitados, a título de diligências, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, deverão ser encaminhados através da opção "enviar anexo" do Sistema no site www.gov.br/compras/pt-br, ou enviada através de correspondência eletrônica no e-mail ucsaudecuaru@gmail.com, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas corridas.

11.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

DA VISTORIA

(Informações conforme Termo de Referência no item 4.3):

12.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço a ser contratado, sendo assegurado - tal como previsto no Art.63, §2º ao §4º, da Lei

14.133/2021 - ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas;

12.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

12.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

12.4. A visita terá por finalidade inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada no pregão eletrônico;

12.5. Para comparecer ao local para a vistoria, os interessados deverão agendar previamente com a Coordenação da Rede Hospitalar, pelo telefone 81 - 3101 0224, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas, ou pelo email: chospsmscaruaru@gmail.com ;

12.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes;

12.7. A visita técnica não será obrigatória para fins de habilitação, não podendo, porém, a LICITANTE alegar desconhecimento do local ou condições do local do Objeto deste Procedimento;

12.8. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá entregar, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme determina o art. 63, § 3º da Lei 14.133/2021.

DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

13.2. O recorrente terá, a partir de então, **o prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.6.1. Nas hipóteses de **providimento de recurso** que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não

assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.6.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.6.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

13.6.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado e homologará o procedimento licitatório.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou pedir esclarecimentos sobre este Edital.

15.2. As impugnações ou esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail ucsaudecuaru@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: **Unidade de Contratação Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, Avenida Vera Cruz, 654 – 3º Andar, Bairro São Francisco Caruaru/PE – CEP: 55.008-000.**

15.3. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre os questionamentos no prazo de até **3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

15.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DO CONTRATO

16.1. Homologado o resultado deste certame, o Município de Caruaru convocará a licitante vencedora, para assinatura do contrato, que se dará em até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

16.3. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.4. **A presente contratação tem vigência de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sua duração observará as condições mencionadas nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.**

16.5. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o PRESTADOR;

b) demonstração de que o valor registrado na Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do PRESTADOR na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

16.6. O término do prazo de vigência da contratação não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

16.7. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados, conforme **Termo de Referência no item 11.1:**

FISCAL	NOME: AMANDA CORDEIRO DE VASCONCELOS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Da Rede Hospitalar MATRÍCULA: 56281-8
FISCAL SUPLENTE	NOME: CAMILA THAIANE SILVA DE FREITAS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência MATRÍCULA: 56197-6
GESTOR TITULAR	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 561998
GESTOR SUPLENTE	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 561985

16.7.1. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

16.7.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

16.8. Para assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM* s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

16.9. Do cancelamento da ata de registro de preço:

(Conforme Termo de Referência no item 15):

16.9.1. Da Extinção da Contratação:

- I. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- II. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

16.9.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

- I. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

16.9.3. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. indenizações e multas.

16.10. Do reajuste e do reequilíbrio (Conforme Termo de Referência no item 16):

16.10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado na data de **23 de março de 2026**.

16.10.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais SERÃO reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.10.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.10.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a PRESTADORA/CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.10.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.10.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA SUBCONTRATAÇÃO E DOS CONSÓRCIOS

(Informações conforme Termo de Referência no item 5):

17.1. Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

17.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

17.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

17.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

17.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

(Informações conforme Termo de Referência no item 18):

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO AÇÕES DE ASSIST. MÉDIA E ALTA COMPL. HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferência a saúde
Fonte de recurso	153	Recurso do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda individual união
Fonte de recurso	176	Emenda de bancada união
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.39.00	Outros serviços terceiros pessoa jurídica

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO AÇÕES DE ASSIST. MÉDIA E ALTA COMPL. HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

18.2. A presente contratação está em consonância com o planejamento estratégico e metas governamentais para o ano de 2026, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração. Sendo assim, a demanda se encontra em alinhamento com as diretrizes de gestão da entidade, além de ter alinhamento com as peças orçamentárias.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

19.1. Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições transcritas abaixo:

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;

II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);

IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;

V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;

VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:

a) Esta possui validade;

b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;

c) Está corretamente preenchida;

d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.

VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;

VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;

IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:

a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);

b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);

c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.

X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;

XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;

XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;

XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;

XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;

XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão

competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;

XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;

XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:

- a) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;
- b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;
- c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;
- d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:

- a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;
- b) Regularidade administrativa contratada;
- c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;
- d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;

II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;

III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;

IV - Controlar a vigência do contrato;

V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;

VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;

VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;

VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.

IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.

XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao

cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.

§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(Informações conforme Termo de Referência no item 6):

20.1. Das Condições de Execução

20.1.1. Início da execução do objeto: Em até **10 (dez) dias** após a assinatura do contrato e o envio da Autorização de Serviço, a registrada/contratada deverá prestar os serviços nos termos constante neste termo de Referência, acompanhadas da nota fiscal.

20.1.2. Caso não seja possível executar o objeto na data assinalada, a PRESTADORA CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

20.2. Local/Horário da Prestação dos Serviços

Unidade de Saúde	Endereço
UPA- SALGADO (localizada no Complexo Municipal de Saúde do Salgado Dr. Antônio Vieira),	Rua Rodopiano Florêncio, s/n, no bairro Salgado, Caruaru - PE, CEP: 55019-125
UPA- RENDEIRAS Dr. José Barreto	R. Maj. João Coelho, 165 - Rendeiras, Caruaru - PE, 55022-220
UPA-BOA VISTA Dr. Amorim	Av. Caruaru, 943 - Nova Caruaru, Caruaru - PE, 55038-270
MATERNIDADE MUNICIPAL SANTA DULCE DOS POBRES	R. Luar do Sertão, 288 - Luiz Gonzaga, Caruaru - PE, 55020-520
HOSPITAL MUNICIPAL Dr. MANOEL AFONSO	R. Quitéria Francisca da Silva, 494 - Maria Auxiliadora, Caruaru - PE, 55038-215

20.3. Da Prestação dos Serviços

20.3.1. Os serviços a serem executados, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para consumo, estão descritos a seguir:

I. CENTRAIS DE CILINDROS DE GASES MEDICINAIS

- Retirada de vazamentos das centrais gasosas;
- Verificação de vazamentos nos ramais e flexíveis e necessidades de substituição;
- Substituição de diafragmas das centrais;
- Regulagem dos manômetros;
- Aferição e inspeção dos manômetros;
- Substituição de flexíveis, terminais curvos e ramais quando os mesmos estiverem vencidos ou danificados;
- Treinamento de equipe de manutenção da unidade para correta substituição e armazenamento de cilindros.

II.Composição de central (peças de substituição)

- Flexíveis – trocados anualmente ou quando danificado;
- Terminais curvos – trocados quando danificados por má utilização;
- Ramais – trocados quando danificados
- Manômetros de alta pressão e baixa pressão – trocados quando estão descalibrados, travados ou oxidados;
- Diafragmas – trocados quando os reguladores apresentam passagem direta.

III.Redes de Tubulação/Serviços:

- Inspeção de vazamentos de acordo com cronograma desenvolvido;
- Pintura tubulações quando necessário.
- Afixação de Tubulações quando necessário;
- Pintura e identificação de fluxo conforme ABNT 12188;
- Elaboração de relatório mensal;
- Testes de estanqueidade periódicos (com agendamento) setorizado.

IV.Postos de Consumo

- Verificação de vazamentos;
- Substituição de reparo interno em caso de passagem direta (molas de acionamento, oring's e reparos internos).
- Reposição de canoplas e adesivos de identificação;
- Manutenção em réguas de gases medicinais com substituição de mangueiras, molas de acionamento, oring's e reparos internos.

V.Sistema de Alarme

- Teste do sistema de alarmes;
- Verificação de adesivos e do seu correto funcionamento;
- Treinamento de equipe sobre o correto uso deste equipamento;
- Substituição quando necessário.

VI.Treinamento e orientação de utilização das redes e equipamentos de gasoterapia

- Treinar e orientar equipes de enfermagem e manutenção sobre uso e manuseio correto dos equipamentos de gasoterapia e substituição de cilindros de gases.

VII.Sistema de Geração de Ar comprimido

- O sistema de geração de ar medicinal deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros coalescente, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

VIII.Sistema de Geração de Vácuo Clínico

- O sistema de geração de vácuo deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros bacteriológicos, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com um manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

20.3.2 Os serviços serão executados mensalmente ou de acordo com a necessidade em casos emergenciais no prazo de 24h; deverá prever o fornecimento de todo material e mão de obra necessária à execução dos serviços, para o pleno funcionamento do equipamento;

20.3.3 As correções das falhas e/ou defeitos que, por sua natureza técnica, não possam ser efetuados dentro do prazo acima estipulado, terão novo prazo limite fixado pela contratante, mediante justificativa expressa da contratada, para sua efetiva realização.

20.3.4 A empresa será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais desde os sistemas de abastecimento até o ponto de utilização dos gases, próximo ao paciente, mantendo equipe treinada e

peças de reposição em prontidão para quaisquer eventualidades, atendendo às necessidades de maneira rápida e eficaz com exclusivo sistema de apoio à manutenção.

20.3.5 Entende-se por manutenção preventiva, a assistência técnica realizada mensalmente, agendada em período combinado com a empresa, em que o técnico observa individualmente todos os equipamentos, procedendo à limpeza, a verificação mecânica, eletrônica e checagem geral, incluindo-se a substituição de peças e acessórios gastos ou que possam comprometer o funcionamento normal dos equipamentos;

20.3.6 A manutenção preventiva contempla os serviços efetuados para manter a rede de gases funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, vistoria visual, visita técnica, eliminação de vazamentos, substituição de peças que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com o objetivo de atualização da rede e acessórios, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes (caso sejam necessários), entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.

20.4. Das Peças/Componentes a serem adquiridos sob demanda:

I - São passíveis de troca, por desgaste ou quebra todas as peças/acessórios/componentes necessários ao bom e correto funcionamento dos equipamentos constantes neste termo de referência, quantas vezes se fizer necessário, incluindo-se: fiação elétrica dos equipamentos, rolamentos, fusíveis, botões, cabos e peças de reposição;

II - A substituição de peças/acessórios/componentes deverá ser efetuada com material original, novo, não-recondicionado, recomendado pelo fabricante;

III - Em caso de reposição, as peças terão garantia de até 90 dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE, caso seja necessária nova reposição nesse período;

IV. Todo e qualquer serviço realizado com necessidade de reposição de peças/acessórios/componentes deverá ser totalmente efetuado pela CONTRATADA com a devida reposição com itens originais novos ou com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos itens de produção original e de acordo com as especificações técnicas dos aparelhos danificados;

V - As peças/acessórios/componentes necessários à prestação dos serviços, bem como todo material utilizado nos serviços de manutenção corretiva, ou mesmo preventiva, serão fornecidos pela CONTRATADA, e passarão a ser de propriedade da Contratante;

VI - Todas as peças/acessórios/componentes porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA aos fiscais do contrato;

VII - Para os casos em que o(s) item(ns) não for(em) mais fabricado(s), a Contratada, obriga-se a enviar justificativa e documento do fabricante por escrito atestando o fato;

VIII - Todas as peças substituídas deverão ser identificadas visualmente e descritas em relatório pela CONTRATADA.

IX. Peças a serem adquiridas sob demanda:

LISTA DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA REDE E POSTOS CONSUMO DE GASES MEDICINAIS E EQUIPAMENTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

item	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID
01	Tubo de cobre Classe A 15mm x 5m	05	UNID
02	Tubo de cobre Classe A 22mm x 5m	05	UNID
03	Tubo de cobre Classe A 28mm x 5m	05	UNID
04	Tubo de cobre Classe A 35mm x 5m	05	UNID
05	Tubo de cobre Classe A 42mm x 5m	05	UNID



06	Tubo de cobre Classe A 54mm x 5m	05	UNID
07	Cotovelo Cobre 15mm 90° Classe A	05	UNID
08	Cotovelo Cobre 22mm 90° Classe A	05	UNID
09	Cotovelo Cobre 28mm 90° Classe A	05	UNID
10	Cotovelo Cobre 35mm 90° Classe A	05	UNID
11	Cotovelo Cobre 42mm 90° Classe A	05	UNID
12	Cotovelo Cobre 54mm 90° Classe A	05	UNID
13	Luva Cobre 15mm Classe A	05	UNID
14	Luva Cobre 22mm Classe A	05	UNID
15	Luva Cobre 28mm Classe A	05	UNID
16	Luva Cobre 35mm Classe A	05	UNID
17	Luva Cobre 42mm Classe A	05	UNID
18	Curva 45° de cobre com anel 15 mm	05	UNID
19	Curva 45° de cobre com anel 22 mm	05	UNID
20	Curva 45° de cobre com anel 28 mm	05	UNID
21	Redução Tê cobre central 22mmx15mmx22mm	05	UNID
22	Redução Tê cobre central 28mmx15mmx28mm	05	UNID
23	Redução Tê cobre central 28mmx15mmx22mm	05	UNID
23	Redução Tê cobre central 35mmx22mmx35mm	05	UNID
24	Redução Tê cobre central 42mmx28mmx42mm	05	UNID
25	Redução Tê cobre central 54mmx28mmx54mm	05	UNID
26	Tê cobre 15mm	05	UNID
27	Tê cobre 22mm	05	UNID
28	Tê cobre 28mm	05	UNID
29	Tê cobre 35mm	05	UNID
30	Tê cobre 42mm	05	UNID
31	Tê cobre 54mm	05	UNID
32	Bucha redução cobre soldável 22mm x 15mm	05	UNID
33	Bucha redução cobre soldável 35mm x 15mm	05	UNID
34	Bucha redução cobre soldável 28mm x 15mm	05	UNID
35	Bucha redução cobre soldável 28mm x 22mm	05	UNID
36	Bucha redução cobre soldável 42mm x 28mm	05	UNID
37	Bucha redução cobre soldável 42mm x 35mm	05	UNID
38	Bucha redução cobre soldável 35mm x 28mm	05	UNID
39	Solda Prata Varetas 15% a 35% / 1,6 mm	01	KG
40	Caixa Seccionadora p/ Gases Medicinais (oxigênio, Ar medicinal, Vácuo)	10	UNID
41	Válvula de Esfera Tripartida ½"	05	UNID
42	Válvula de Esfera Tripartida ¾"	05	UNID
43	Válvula de Esfera Tripartida 1"	05	UNID
44	Válvula de Esfera Tripartida 1.1/4"	05	UNID
45	Válvula de Esfera Tripartida 2"	05	UNID
46	União de cobre com anel 15 mm	05	UNID
47	União de cobre com anel 28 mm	05	UNID
48	União de cobre com anel 35 mm	05	UNID
49	União de cobre com anel 42 mm	05	UNID
50	União de cobre com anel 54 mm	05	UNID
51	Niple duplo de bronze roscável ½"	05	UNID
52	Niple duplo de bronze roscável ¾"	05	UNID
53	Niple duplo de bronze roscável 1.1/2"	05	UNID
54	Niple duplo de bronze roscável 1.3/4"	05	UNID
55	Niple duplo de bronze roscável 2"	05	UNID
56	Conector Rosca Fêmea bronze 15 mm	05	UNID
57	ConectorRosca Fêmea bronze 22 mm	05	UNID
58	Conector Rosca Fêmea bronze 28 mm	05	UNID
59	Conector Rosca Fêmea bronze 35 mm	05	UNID
60	Conector Rosca Fêmea bronze 42 mm	05	UNID
61	Conector Rosca Macho bronze 15 mm	05	UNID
62	Conector Rosca Macho bronze 22 mm	05	UNID
63	Conector Rosca Macho bronze 28 mm	05	UNID
64	Conector Rosca Macho bronze 35 mm	05	UNID
65	Conector Rosca Macho bronze 42 mm	05	UNID
66	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De Ar Medicinal completo	25	UNID
67	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De vácuo clínico completo	25	UNID
68	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De Oxigênio completo	25	UNID

69	Painel De Alarme P/ Rede De Ar Medicinal	10	UNID
70	Painel De Alarme P/ Rede De Vácuo Clínico	10	UNID
71	Painel De Alarme P/ Rede De Oxigênio	10	UNID
72	Serpentina Flexível de cobre para central Manifold de gases medicinais (ar comprimido e oxigênio medicinal)	60	UNID
73	Válvula de alta pressão para central de manifold 0-350kgf/cm ² acompanhando o manômetro de baixa pressão 0-16 Kgf/cm ² , conexão de entrada e saída no padrão ABNT NBR 11725 e 11906 para ar comprimido medicinal.	05	UNID
74	Manômetro glicerinado para compressor de ar comprimido medicinal rosca 1/4" - 0-16bar	05	UNID
75	Bloco central manifold semi-automáticos (módulos de comutação) para ar comprimido medicinal completo.com Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 12188. incluso com manômetros; para vazão de no mínimo 90m ³ /h; Chapa central.	05	UNID
76	Pressostato baixa pressão - até 14 bar Ar	05	UNID
77	Niple de posto de consumo de Ar comprimido medicinal completo	25	UNID
78	Niple de posto de consumo de oxigênio medicinal completo	25	UNID
79	Niple de posto de consumo para porta de de Vácuo clínico medicinal completo	25	UNID
80	Terminal curvo para central de manifold de gases medicinais ar comprimido e oxigênio medicinal. Suporte vazão de no mínimo 90m ³ /h.	60	UNID
81	Bloco central manifold semi-automáticos (módulos de comutação) para Oxigênio medicinal completo.com Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 12188. incluso com manômetros; para vazão de no mínimo 90m ³ /h; Chapa central.	04	UNID
82	Ramal 6x6 para central de manifold de ar comprimido medicinal.	05	UNID
83	Ramal 4x4 para central de manifold de ar comprimido medicinal.	05	UNID
84	Ramal 6x6 para central de manifold de oxigênio medicinal.	05	UNID
85	Ramal 4x4 para central de manifold de oxigênio medicinal.	05	UNID
86	Palhetas grafitadas rotativas, componentes móveis instalados no rotor da bomba de vácuo responsáveis pela geração do vácuo. Compatíveis com bomba de vácuo medicinal trifásica.	04	UNID
87	Filtro de Ar para bomba de vácuo medicinal trifásica, elemento filtrante de para retenções de secreções e partículas antes de atingir a bomba de vácuo.	04	UNID
88	Filtros bacteriológicos para sistema de vácuo medicinal	04	UNID
89	Óleo para bomba de vácuo medicinal	10	litros
90	Anel de grafite para pistão de compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
91	Graxa de alta temperatura	01	KG
92	Kit de rolamentos completos para compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
93	Biela de motor compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
94	Pistões para motor compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
95	Sílica granulada	10	KG
96	Filtros bacteriológicos compatível com compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
97	Solenóide para compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
98	Válvula de retenção vecao de bronze	04	UNID
99	Mangueira de 6mm	05	Metro
100	Mangueira de 8mm	05	Metro
101	Mangote de 1" com cordoalha de inox	02	UNID

20.5. Das Condições de Entrega do Serviço e dos itens sob demanda:

20.5.1. Os itens acessórios e necessários a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência devem ser novos, originais e de alta qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros problemas que comprometam sua usabilidade e a prestação dos serviços.

20.5.2. A CONTRATADA é responsável por reparar ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, quaisquer serviços ou itens (acessórios) que apresentem defeitos, problemas ou que não estejam de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, independentemente de serem resultado de transporte inadequado, execução deficiente ou má fabricação.

20.6. Da Substituição do Objeto

20.6.1. A PRESTADORA CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de serviço ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria Municipal de Saúde. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da

comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

20.6.2. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

20.7. Da documentação necessária na entrega do objeto

20.7.1. A PRESTADORA CONTRATADA deverá apresentar Nota(s) Fiscal(is) que, além das informações exigidas pela legislação vigente, deve(m) incluir, especificamente no campo de descrição, os detalhes referentes à ordem do serviço prestado.

20.8. Da Garantia do Serviço

20.8.1. A garantia do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida pelo prestador, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo prestador nos casos em que seu prazo seja superior.

20.9. Do Recebimento do Objeto

20.9.1. O objeto desta contratação será recebido conforme as instruções a seguir:

20.9.2. PROVISORIAMENTE, Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) Fiscal do Contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021), para efeito de verificação da conformidade do serviço com as especificações neste Termo de Referência;

20.9.3. DEFINITIVAMENTE, de até 05 (cinco) dias úteis após a verificação da qualidade e condições dos serviços prestados (equipamentos/funcionalidade dos serviços), bem como, a conformidade dos documentos, quantitativos e especificações deste Termo de Referência/Contrato.

20.9.4. O RECEBIMENTO DEFINITIVO e a conferência no item anterior são de responsabilidade do(a) Fiscal do Contrato, a quem compete o Atesto nas Notas Fiscais.

20.9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

20.9.6. Na entrega dos itens/serviços serão verificados:

20.9.7. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

20.9.8. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar integralmente as normas técnicas e regulatórias expedidas pelos órgãos competentes, especialmente aquelas emitidas pela ANVISA, bem como pelas legislações correlatas aplicáveis aos serviços de saúde, além das boas práticas de fornecimento ao setor público, assegurando a eficiência, segurança operacional e conformidade técnica dos equipamentos.

20.9.9. Todos os procedimentos executados pela contratada, incluindo a entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e eventual substituição dos equipamentos, deverão estar em plena conformidade

com as normas técnicas específicas da ANVISA e da legislação vigente, além dos dispositivos contratuais firmados com a Administração, garantindo o pleno funcionamento e a compatibilidade dos equipamentos com a estrutura operacional das unidades de saúde.

20.9.10. Qualquer falha na execução contratual, tais como atraso na entrega dos serviços, defeitos recorrentes, incompatibilidade técnica, ausência de suporte técnico, demora injustificada na substituição de unidades avariadas ou serviços fora das especificações, deverá ser corrigida pela contratada de forma imediata e sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

20.9.11. A aceitação inicial dos serviços prestados não exime a contratada de sua responsabilidade posterior, podendo a Administração Pública, a qualquer tempo, identificar falhas, vícios ocultos, omissões técnicas, condutas dolosas ou incompatibilidades operacionais, cabendo à contratada a adoção das medidas corretivas necessárias ou o ressarcimento por eventuais prejuízos causados à Administração.

20.9.12. O descumprimento das obrigações contratuais ou das condições técnicas previstas neste instrumento poderá ensejar a recusa da aceitação dos serviços, sem qualquer ônus para a Administração Pública, e acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, bem como na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes.

DO PAGAMENTO

(Informações conforme Termo de Referência no item 13):

21.1. Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

21.2. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

21.2.1. As notas fiscais de fornecimento/prestação deverão ser emitidas e entregues no dia 20 de cada mês, sendo que os fornecimentos/prestação deverão ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês corrente. No primeiro faturamento, poderá ocorrer a emissão parcial da nota fiscal para ajuste do período. Os fornecimentos/prestação que ocorrerem após essa data deverão ser faturados no mês seguinte.

21.3. O prestador/contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

21.3.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o prestador/contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o prestador/contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

21.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

21.5. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN nº 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

21.5.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da

portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

21.6. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

21.7. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

21.8. Para fins de pagamento, o prestador/contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado/contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

21.9. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

21.10. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DAS PENALIDADES

(Informações conforme Termo de Referência no item 19)

22.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato;
- II - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
III - abandonar o certame;
IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da ARP/contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da dispensa ou da execução contratual.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
22.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
22.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
22.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

22.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

22.7. Da Advertência

22.7.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

22.8. Da Multa

22.8.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, na ARP/contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a ARP/contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total da ARP/contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
- IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

22.8.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

22.9. Do Impedimento de Licitar

22.9.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

- I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respectiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Secretaria de Saúde de Caruaru, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação.

23.11. O Fundo Municipal de Saúde, poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 71 da Lei nº. 14.133/2021.

23.12. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.13. Declarações que não puderem ser comprovadas durante a análise documental, estarão sujeitas às penalidades previstas na legislação pertinente.

23.14. Caso a licitante apresente na proposta comercial, dispositivos, acessórios, softwares além dos que foram solicitados no Edital, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados, sem nenhum ônus para este Fundo Municipal de Saúde.

23.15. A cópia do Edital e seus Anexos serão disponibilizados nos sítios: <https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/> ; www.saudecaruaru.pe.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/> **UASG: 926809.**

23.16 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Agente de Contratação/Pregoeiro, no endereço eletrônico ucsaudecuaru@gmail.com, Unidade de Contratação da Secretaria de Saúde de Caruaru, localizada na Avenida Vera Cruz, 654, Bairro São Francisco, Caruaru-PE, CEP 55.008-000, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (081) 3101-0237, 3101-0238 e 3101-0239.

FORO

24.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desse processo de licitação será competente o foro da Comarca de Caruaru, não admitindo outra comarca por mais privilegiada que seja.

Caruaru/PE, 22 de junho de 2026.

Arachele de Oliveira Lima Santos
Agente de Contratação/Pregoeiro

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****1.1. Da definição do objeto**

1.1.1. O presente termo de referência tem como objeto estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que objetiva a contratação de empresa especializada em **Manutenção Preventiva e Corretiva, Para Rede de Gases Medicinais, com Reposição de Peças sob Demanda, pelo período de 12 meses**, a fim de atender às necessidades das unidades ambulatoriais, de emergência e hospitalar, por meio das ações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme especificações e estimativas dos quantitativos constantes no ANEXO I deste Termo de Referência (TR).

1.1.2. O Termo de Referência fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar, que é um documento preparatório da etapa de planejamento da contratação, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Da classificação do objeto

1.2.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem/serviço de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 065, de 29 de agosto de 2023;

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de *bens e serviços comuns*, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Da Divisão por Cotas Prevista na Lei Complementar nº 123/2006

1.3.1. A presente licitação estabelecerá critério de cotas nos termos do art. 4º da Lei 14.133/21 e ditames da Lei Complementar 123/2006, que será realizada:

1.3.2. AMPLA CONCORRÊNCIA, do Descritivo de Itens em anexo I a este documento, podendo participar todos os interessados que atendam aos requisitos do Termo de Referência;

1.3.2.1. Da justificativa da não aplicação da *Reserva de Cotas*: A vista de que não haverá fracionamento do objeto por meio de parcelamento, o certamente se dará mediante empreitada global, considerando a inviabilidade técnica de fracionamento, e nesse contexto, não se aplicará reserva de cotas. Considerando que o tratamento diferenciado para ME/EPP representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Dessa forma, para este certame invoca-se o disposto no art. 49 da LC 123/2006, ao que elenca em seus termos:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”

1.3.2.2. Por tudo referido, a divisão do objeto em cotas para a execução dos serviços em tela é tecnicamente inviável pelos seguintes fundamentos: i) Unicidade da Execução e Responsabilidade; ii) Dificuldade de Aferição de Desempenho; iii) Conflito de Comando e Gestão Contratual.

1.3.3. A administração pública, no exercício de sua discricionariedade, poderá definir os termos de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, considerando as peculiaridades de cada licitação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir:

2.1 Contratação de empresa especializada em Serviço de manutenção preventiva, e corretiva nas redes de gases medicinais, pontos de consumo e centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando a assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, reposição de peças, do ponto de abastecimento até o ponto de utilização. Os serviço deve manter o funcionamento ininterrupto do fornecimento da rede de gases, de forma a garantir a segurança de abastecimento sobre das unidades de saúde do município de Caruaru.

2.2. Considerando a necessidade de garantir a segurança assistencial e a continuidade dos serviços nas unidades de saúde do município de Caruaru, justifica-se a abertura de processo para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva das redes de gases medicinais, centrais manifold, sistemas de ar medicinal e vácuo clínico.

2.3. O município conta atualmente com 25 unidades sob gestão municipal, sendo 07 unidades de atendimento 24 horas e 18 unidades ambulatoriais, que demandam infraestrutura técnica adequada para o funcionamento ininterrupto dos serviços de saúde. Dentre essas, destacam-se o Hospital Municipal Dr. Manoel Afonso, a Maternidade Municipal Santa Dulce dos Pobres, e as UPAs Rendeiras, Boa Vista e Salgado, que juntas realizam, em média, 28 mil atendimentos mensais, muitos deles em caráter de urgência e emergência.

2.4. A manutenção regular das redes de gases medicinais é imprescindível para o pleno funcionamento de equipamentos vitais e para a segurança de pacientes e profissionais, atendendo às normas técnicas da ABNT NBR 12188/2012 e às exigências da ANVISA. A ausência de manutenção preventiva pode gerar falhas graves no fornecimento de oxigênio e ar comprimido, comprometendo a assistência e colocando em risco a vida dos usuários.

2.5. Dessa forma, a contratação proposta visa garantir o pleno funcionamento dos sistemas de gases medicinais, minimizando riscos operacionais, evitando interrupções nos atendimentos e assegurando conformidade com as normas sanitárias e de segurança hospitalar, constituindo-se em ação essencial para a continuidade e qualidade dos serviços de saúde do município.

2.6. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a **manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais, com reposição de peças sob demanda**, mostra-se **necessária, adequada e indispensável**, por assegurar a continuidade dos serviços de saúde, a segurança assistencial, a eficiência operacional e a adequada aplicação dos recursos públicos.

2.7. Por fim, a presente contratação está plenamente alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, atendendo ao interesse público e contribuindo para a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população no âmbito da rede municipal de saúde de Caruaru.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS)

3.1. Buscou-se utilizar a centralização de contratação de serviços que revele-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo e redução de tempo.

3.2. A contratação mostra-se viável e a solução que melhor atende aos interesses da administração pública, é a contratação de empresa especializada em **Manutenção Preventiva e Corretiva, Para Rede de Gases Medicinais, com Reposição de Peças sob Demanda, pelo período de 12 meses**, por meio da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nos ditames do art. 6º, XLI da lei 14.133/2021, regulamentado pelo art.4º do Decreto Municipal nº 034, de 14 de março de 2024, nos termos:

Art. 4º O pregão, com critério de julgamento menor preço ou maior desconto,

deve ser adotado para aquisição de bens e serviços comuns, sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3 A rede municipal de saúde dispõe de unidades hospitalares e de urgência e emergência que possuem infraestrutura composta por redes canalizadas de gases medicinais, centrais de abastecimento tipo *manifold*, compressores de ar medicinal, sistemas de vácuo clínico, válvulas de bloqueio, reguladores de pressão, painéis de alarme e pontos de consumo distribuídos em leitos hospitalares, salas de atendimento, centros cirúrgicos e demais ambientes assistenciais. Esses sistemas são responsáveis por transportar, de forma controlada e segura, gases medicinais indispensáveis ao atendimento hospitalar, como oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e vácuo clínico, garantindo suporte essencial para procedimentos clínicos, terapias respiratórias, anestesia, aspiração hospitalar e demais práticas assistenciais que dependem diretamente do funcionamento regular dessas redes.

3.4. Considerando a natureza crítica dessa infraestrutura, a solução proposta prevê a contratação de empresa com capacidade técnica, operacional e profissional especializada, apta a realizar as atividades de manutenção necessárias para preservar a integridade e o desempenho dos sistemas instalados nas unidades de saúde municipais. A execução dos serviços deverá abranger, de forma integrada, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, contemplando inspeções periódicas, testes operacionais, ajustes, regulagens, identificação de falhas e intervenções técnicas necessárias para restabelecer ou manter o pleno funcionamento dos sistemas de gases medicinais.

3.5. A manutenção preventiva tem por objetivo promover a verificação sistemática dos componentes que integram a rede de gases medicinais, permitindo a identificação antecipada de desgastes, vazamentos ou irregularidades que possam comprometer o desempenho do sistema. Já a manutenção corretiva será realizada sempre que houver ocorrência de falhas, defeitos ou anormalidades que exijam intervenção técnica imediata para restabelecimento das condições adequadas de funcionamento.

3.6. A solução contempla ainda o fornecimento e substituição de peças, acessórios e componentes sob demanda, quando constatada a necessidade técnica durante a execução dos serviços de manutenção. Essa previsão visa conferir maior agilidade às intervenções corretivas, evitando paralisações prolongadas do sistema e assegurando a continuidade das atividades assistenciais nas unidades de saúde.

3.7. A empresa contratada deverá dispor de profissionais qualificados, equipamentos técnicos apropriados e conhecimento especializado em sistemas hospitalares de gases medicinais, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com padrões técnicos e operacionais compatíveis com a complexidade dessa infraestrutura.

3.8. A adoção dessa solução permitirá à Administração Municipal manter um acompanhamento técnico contínuo das condições operacionais da rede de gases medicinais, assegurando a realização periódica de inspeções, a correção tempestiva de falhas e a manutenção da confiabilidade do sistema, viabilizando a manutenção permanente da infraestrutura de gases medicinais das unidades de saúde do Município de Caruaru, contribuindo para a segurança dos pacientes, a continuidade dos serviços de saúde e a preservação das condições adequadas de funcionamento dos ambientes assistenciais, aspectos indispensáveis para a prestação eficiente dos serviços públicos de saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Será recomendado à empresa contratada, conforme previsão neste instrumento, que a mesma deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, mediante orientações do art. 6º da IN/SLTI/MPOG nº01/2010 (Compras Sustentáveis);

4.1.2. Nos termos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras no âmbito da Administração Pública, a presente

contratação foi analisada sob a ótica dos seus possíveis impactos ambientais, bem como das medidas mitigadoras a serem adotadas.

4.1.3 A execução dos serviços de manutenção das redes de gases medicinais, embora essencial à continuidade dos serviços de saúde, pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos, especialmente relacionados ao manejo de resíduos, consumo de insumos e intervenções técnicas nos sistemas.

4.1.4 Identificação dos Possíveis Impactos Ambientais

A prestação dos serviços poderá acarretar os seguintes impactos ambientais:

- a) **Geração de resíduos sólidos** provenientes da substituição de peças e componentes, tais como filtros, mangueiras, conexões, válvulas, manômetros e demais itens descartados;
- b) **Descarte de materiais potencialmente contaminados**, especialmente filtros utilizados em sistemas de ar comprimido e vácuo clínico;
- c) **Risco de vazamentos de gases medicinais**, que, além de comprometerem a segurança operacional, podem causar impactos ambientais e desperdício de recursos;
- d) **Consumo de energia elétrica** associado à operação dos sistemas de geração de ar comprimido e vácuo;
- e) **Utilização de insumos e materiais técnicos**, cuja destinação inadequada pode causar danos ao meio ambiente;
- f) **Emissão indireta de poluentes**, decorrente do deslocamento de equipes técnicas para execução dos serviços.

4.1.5. Medidas Mitigadoras e Diretrizes de Sustentabilidade

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais identificados, a contratação deverá observar as seguintes diretrizes:

- a) **Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados**, em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
 - b) Implementação de práticas de **redução, reutilização e reciclagem de materiais**, sempre que tecnicamente viável;
 - c) Adoção de procedimentos que **evitem desperdícios**, especialmente no que se refere ao uso de gases medicinais e substituição desnecessária de componentes;
 - d) Realização de **manutenção preventiva periódica**, com o objetivo de reduzir a ocorrência de falhas, vazamentos e intervenções emergenciais;
 - e) Utilização de **peças e componentes com maior durabilidade e eficiência**, contribuindo para a redução de resíduos;
 - f) Garantia de que os materiais substituídos, especialmente filtros e componentes contaminados, tenham **destinação final ambientalmente adequada**, por meio de empresas licenciadas;
 - g) Otimização da logística de atendimento, visando **reduzir deslocamentos e emissões associadas**;
- Observância das normas ambientais aplicáveis e adoção de boas práticas de engenharia e manutenção.

4.2. Vistoria

4.2.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço a ser contratado, sendo assegurado - tal como previsto no Art.63, §2º ao §4º, da Lei 14.133/2021 - ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas;

4.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.2.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.2.4. A visita terá por finalidade inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada no pregão eletrônico;

4.2.5. Para comparecer ao local para a vistoria, os interessados deverão agendar previamente com a Coordenação da Rede Hospitalar, pelo telefone 81 - 3101 0224, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas, ou pelo email: chospsmscaruaru@gmail.com ;

4.2.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes;

4.2.7. A visita técnica não será obrigatória para fins de habilitação, não podendo, porém, a LICITANTE alegar desconhecimento do local ou condições do local do Objeto deste Procedimento;

4.2.8. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá entregar, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme determina o art. 63, § 3º da Lei 14.133/2021.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto. Modo geral deve ser obedecido o disposto nos seguintes normativos:

- I. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- II. Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 55, IV.
- III. A contratação deverá estar em conformidade com o **DECRETO Nº 058, DE 09 DE MAIO DE 2024**, que Regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caruaru/PE.
- IV. A contratação deverá estar em conformidade com o **DECRETO Nº 083, DE 29 DE JULHO DE 2025**, que *Regulamenta o cumprimento das cotas de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos contratos celebrados pela Administração Pública Municipal de Caruaru.*
- V. Lei 10.406/2002 – Código Civil.

4.4. Requisitos Específicos

4.4.1 Atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de instalação e/ou manutenção de redes de gases medicinais, abrangendo sistemas de oxigênio, ar comprimido e vácuo clínico.

4.4.2 Certidão de registro da empresa no CREA, válida e vigente, com área de atuação compatível com o objeto licitado.

4.4.3 A disponibilidade dos equipamentos não poderá ser inferior a 95%.

4.4.4 Comprovação de que a empresa possui em seu quadro funcional Engenheiro Responsável Técnico, devidamente registrado no CREA, com atribuições compatíveis ao objeto.

4.4.5 Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para os serviços executados, nos termos da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

4.4.6 Atendimento integral às normas técnicas e sanitárias aplicáveis, com destaque para: Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Norma ABNT NBR 12188/2012 (identificação de tubulações e fluxo de gases); Normas de segurança do trabalho e engenharia aplicáveis ao ambiente hospitalar.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

5.1. Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

5.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

5.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

5.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

5.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das Condições de Execução

6.1.1. Início da execução do objeto: Em até **10 (dez) dias** após a assinatura do contrato e o envio da Autorização de Serviço, a contratada deverá prestar os serviços nos termos constante neste termo de Referência, acompanhadas da nota fiscal.

6.1.2. Caso não seja possível executar o objeto na data assinalada, a PRESTADORA CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Locais de execução dos serviços:

Unidade de Saúde	Endereço
UPA- SALGADO (localizada no Complexo Municipal de Saúde do Salgado Dr. Antônio Vieira),	Rua Rodopiano Florêncio, s/n, no bairro Salgado, Caruaru - PE, CEP: 55019-125
UPA- RENDEIRAS Dr. José Barreto	R. Maj. João Coelho, 165 - Rendeiras, Caruaru - PE, 55022-220
UPA-BOA VISTA Dr. Amorim	Av. Caruaru, 943 - Nova Caruaru, Caruaru - PE, 55038-270
MATERNIDADE MUNICIPAL SANTA DULCE DOS POBRES	R. Luar do Sertão, 288 - Luiz Gonzaga, Caruaru - PE, 55020-520
HOSPITAL MUNICIPAL Dr. MANOEL AFONSO	R. Quitéria Francisca da Silva, 494 - Maria Auxiliadora, Caruaru - PE, 55038-215

6.3. Da Prestação dos Serviços

6.3.1. Os serviços a serem executados, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para consumo, estão descritos a seguir:

II. CENTRAIS DE CILINDROS DE GASES MEDICINAIS

- Retirada de vazamentos das centrais gasosas;
- Verificação de vazamentos nos ramais e flexíveis e necessidades de substituição;
- Substituição de diafragmas das centrais;
- Regulagem dos manômetros;

- a. Aferição e inspeção dos manômetros;
- b. Substituição de flexíveis, terminais curvos e ramais quando os mesmos estiverem vencidos
- c. ou danificados;
- d. Treinamento de equipe de manutenção da unidade para correta substituição e armazenamento de cilindros.

II.Composição de central (peças de substituição)

- a. Flexíveis – trocados anualmente ou quando danificado;
- b. Terminais curvos – trocados quando danificados por má utilização;
- c. Ramais – trocados quando danificados
- d. Manômetros de alta pressão e baixa pressão – trocados quando estão descalibrados, travados ou oxidados;
- e. Diafragmas – trocados quando os reguladores apresentam passagem direta.

III.Redes de Tubulação/Serviços:

- a. Inspeção de vazamentos de acordo com cronograma desenvolvido;
- b. Pintura tubulações quando necessário.
- c. Afixação de Tubulações quando necessário;
- d. Pintura e identificação de fluxo conforme ABNT 12188;
- e. Elaboração de relatório mensal;
- f. Testes de estanqueidade periódicos (com agendamento) setorizado.

IV.Postos de Consumo

- a. Verificação de vazamentos;
- b. Substituição de reparo interno em caso de passagem direta (molas de acionamento, oring's e reparos internos).
- c. Reposição de canoplas e adesivos de identificação;
- d. Manutenção em régua de gases medicinais com substituição de mangueiras, molas de acionamento, oring's e reparos internos.

V.Sistema de Alarme

- a. Teste do sistema de alarmes;
- b. Verificação de adesivos e do seu correto funcionamento;
- c. Treinamento de equipe sobre o correto uso deste equipamento;
- d. Substituição quando necessário.

VI.Treinamento e orientação de utilização das redes e equipamentos de gasoterapia

- a.Treinar e orientar equipes de enfermagem e manutenção sobre uso e manuseio correto dos equipamentos de gasoterapia e substituição de cilindros de gases.

VII.Sistema de Geração de Ar comprimido

- a.O sistema de geração de ar medicinal deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros coalescente, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

VIII.Sistema de Geração de Vácuo Clínico

- a.O sistema de geração de vácuo deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros bacteriológicos, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com um manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

6.3.2 Os serviços serão executados mensalmente ou de acordo com a necessidade em casos emergenciais no prazo de 24h; deverá prever o fornecimento de todo material e mão de obra necessária à execução dos serviços, para o pleno funcionamento do equipamento;

6.3.3 As correções das falhas e/ou defeitos que, por sua natureza técnica, não possam ser efetuados dentro do prazo acima estipulado, terão novo prazo limite fixado pela contratante, mediante justificativa expressa da contratada, para sua efetiva realização.

6.3.4 A empresa será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais desde os sistemas de abastecimento até o ponto de utilização dos gases, próximo ao paciente, mantendo equipe treinada e peças de reposição em prontidão para quaisquer eventualidades, atendendo às necessidades de maneira rápida e eficaz com exclusivo sistema de apoio à manutenção.

6.3.5 Entende-se por manutenção preventiva, a assistência técnica realizada mensalmente, agendada em período combinado com a empresa, em que o técnico observa individualmente todos os equipamentos, procedendo à limpeza, a verificação mecânica, eletrônica e checagem geral, incluindo-se a substituição de peças e acessórios gastos ou que possam comprometer o funcionamento normal dos equipamentos;

6.3.6 A manutenção preventiva contempla os serviços efetuados para manter a rede de gases funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, vistoria visual, visita técnica, eliminação de vazamentos, substituição de peças que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com o objetivo de atualização da rede e acessórios, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes (caso sejam necessários), entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.

6.4. Das Peças/Componentes a serem adquiridos sob demanda:

I - São passíveis de troca, por desgaste ou quebra todas as peças/acessórios/componentes necessários ao bom e correto funcionamento dos equipamentos constantes neste termo de referência, quantas vezes se fizer necessário, incluindo-se: fiação elétrica dos equipamentos, rolamentos, fusíveis, botões, cabos e peças de reposição;

II - A substituição de peças/acessórios/componentes deverá ser efetuada com material original, novo, não-recondicionado, recomendado pelo fabricante;

III - Em caso de reposição, as peças terão garantia de até 90 dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE, caso seja necessária nova reposição nesse período;

IV - Todo e qualquer serviço realizado com necessidade de reposição de peças/acessórios/componentes deverá ser totalmente efetuado pela CONTRATADA com a devida reposição com itens originais novos ou com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos itens de produção original e de acordo com as especificações técnicas dos aparelhos danificados;

V - As peças/acessórios/componentes necessários à prestação dos serviços, bem como todo material utilizado nos serviços de manutenção corretiva, ou mesmo preventiva, serão fornecidos pela CONTRATADA, e passarão a ser de propriedade da Contratante;

VI - Todas as peças/acessórios/componentes porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA aos fiscais do contrato;

VII - Para os casos em que o(s) item(ns) não for(em) mais fabricado(s), a Contratada, obriga-se a enviar justificativa e documento do fabricante por escrito atestando o fato;

VIII - Todas as peças substituídas deverão ser identificadas visualmente e descritas em relatório pela CONTRATADA.

IX. Peças a serem adquiridas sob demanda:

LISTA DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA REDE E POSTOS CONSUMO DE GASES MEDICINAIS E EQUIPAMENTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

item	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID
01	Tubo de cobre Classe A 15mm x 5m	05	UNID
02	Tubo de cobre Classe A 22mm x 5m	05	UNID
03	Tubo de cobre Classe A 28mm x 5m	05	UNID
04	Tubo de cobre Classe A 35mm x 5m	05	UNID
05	Tubo de cobre Classe A 42mm x 5m	05	UNID
06	Tubo de cobre Classe A 54mm x 5m	05	UNID
07	Cotovelo Cobre 15mm 90° Classe A	05	UNID
08	Cotovelo Cobre 22mm 90° Classe A	05	UNID



09	Cotovelo Cobre 28mm 90° Classe A	05	UNID
10	Cotovelo Cobre 35mm 90° Classe A	05	UNID
11	Cotovelo Cobre 42mm 90° Classe A	05	UNID
12	Cotovelo Cobre 54mm 90° Classe A	05	UNID
13	Luva Cobre 15mm Classe A	05	UNID
14	Luva Cobre 22mm Classe A	05	UNID
15	Luva Cobre 28mm Classe A	05	UNID
16	Luva Cobre 35mm Classe A	05	UNID
17	Luva Cobre 42mm Classe A	05	UNID
18	Curva 45° de cobre com anel 15 mm	05	UNID
19	Curva 45° de cobre com anel 22 mm	05	UNID
20	Curva 45° de cobre com anel 28 mm	05	UNID
21	Redução Tê cobre central 22mmx15mmx22mm	05	UNID
22	Redução Tê cobre central 28mmx15mmx28mm	05	UNID
23	Redução Tê cobre central 28mmx15mmx22mm	05	UNID
23	Redução Tê cobre central 35mmx22mmx35mm	05	UNID
24	Redução Tê cobre central 42mmx28mmx42mm	05	UNID
25	Redução Tê cobre central 54mmx28mmx54mm	05	UNID
26	Tê cobre 15mm	05	UNID
27	Tê cobre 22mm	05	UNID
28	Tê cobre 28mm	05	UNID
29	Tê cobre 35mm	05	UNID
30	Tê cobre 42mm	05	UNID
31	Tê cobre 54mm	05	UNID
32	Bucha redução cobre soldável 22mm x 15mm	05	UNID
33	Bucha redução cobre soldável 35mm x 15mm	05	UNID
34	Bucha redução cobre soldável 28mm x 15mm	05	UNID
35	Bucha redução cobre soldável 28mm x 22mm	05	UNID
36	Bucha redução cobre soldável 42mm x 28mm	05	UNID
37	Bucha redução cobre soldável 42mm x 35mm	05	UNID
38	Bucha redução cobre soldável 35mm x 28mm	05	UNID
39	Solda Prata Varetas 15% a 35% / 1,6 mm	01	KG
40	Caixa Seccionadora p/ Gases Medicinais (oxigênio, Ar medicinal, Vácuo)	10	UNID
41	Válvula de Esfera Tripartida ½"	05	UNID
42	Válvula de Esfera Tripartida ¾"	05	UNID
43	Válvula de Esfera Tripartida 1"	05	UNID
44	Válvula de Esfera Tripartida 1.1/4"	05	UNID
45	Válvula de Esfera Tripartida 2"	05	UNID
46	União de cobre com anel 15 mm	05	UNID
47	União de cobre com anel 28 mm	05	UNID
48	União de cobre com anel 35 mm	05	UNID
49	União de cobre com anel 42 mm	05	UNID
50	União de cobre com anel 54 mm	05	UNID
51	Niple duplo de bronze roscável ½"	05	UNID
52	Niple duplo de bronze roscável ¾"	05	UNID
53	Niple duplo de bronze roscável 1.1/2"	05	UNID
54	Niple duplo de bronze roscável 1.3/4"	05	UNID
55	Niple duplo de bronze roscável 2"	05	UNID
56	Conector Rosca Fêmea bronze 15 mm	05	UNID
57	Conector Rosca Fêmea bronze 22 mm	05	UNID
58	Conector Rosca Fêmea bronze 28 mm	05	UNID
59	Conector Rosca Fêmea bronze 35 mm	05	UNID
60	Conector Rosca Fêmea bronze 42 mm	05	UNID
61	Conector Rosca Macho bronze 15 mm	05	UNID
62	Conector Rosca Macho bronze 22 mm	05	UNID
63	Conector Rosca Macho bronze 28 mm	05	UNID
64	Conector Rosca Macho bronze 35 mm	05	UNID
65	Conector Rosca Macho bronze 42 mm	05	UNID
66	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De Ar Medicinal completo	25	UNID
67	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De vácuo clínico completo	25	UNID
68	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De Oxigênio completo	25	UNID
69	Painel De Alarma P/ Rede De Ar Medicinal	10	UNID
70	Painel De Alarma P/ Rede De Vácuo Clínico	10	UNID
71	Painel De Alarma P/ Rede De Oxigênio	10	UNID

72	Serpentina Flexível de cobre para central Manifold de gases medicinais (ar comprimido e oxigênio medicinal)	60	UNID
73	Válvula de alta pressão para central de manifold 0-350kgf/cm ² acompanhando o manômetro de baixa pressão 0-16 Kgf/cm ² , conexão de entrada e saída no padrão ABNT NBR 11725 e 11906 para ar comprimido medicinal.	05	UNID
74	Manômetro glicerinado para compressor de ar comprimido medicinal rosca 1/4" - 0-16bar	05	UNID
75	Bloco central manifold semi-automáticos (módulos de comutação) para ar comprimido medicinal completo.com Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 12188. incluso com manômetros; para vazão de no mínimo 90m ³ /h; Chapa central.	05	UNID
76	Pressostato baixa pressão - até 14 bar Ar	05	UNID
77	Niple de posto de consumo de Ar comprimido medicinal completo	25	UNID
78	Niple de posto de consumo de oxigênio medicinal completo	25	UNID
79	Niple de posto de consumo para porta de de Vácuo clínico medicinal completo	25	UNID
80	Terminal curvo para central de manifold de gases medicinais ar comprimido e oxigênio medicinal. Suporte vazão de no mínimo 90m ³ /h.	60	UNID
81	Bloco central manifold semi-automáticos (módulos de comutação) para Oxigênio medicinal completo.com Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 12188. incluso com manômetros; para vazão de no mínimo 90m ³ /h; Chapa central.	04	UNID
82	Ramal 6x6 para central de manifold de ar comprimido medicinal.	05	UNID
83	Ramal 4x4 para central de manifold de ar comprimido medicinal.	05	UNID
84	Ramal 6x6 para central de manifold de oxigênio medicinal.	05	UNID
85	Ramal 4x4 para central de manifold de oxigênio medicinal.	05	UNID
86	Palhetas grafitadas rotativas, componentes móveis instalados no rotor da bomba de vácuo responsáveis pela geração do vácuo. Compatíveis com bomba de vácuo medicinal trifásica.	04	UNID
87	Filtro de Ar para bomba de vácuo medicinal trifásica, elemento filtrante de para retenções de secreções e partículas antes de atingir a bomba de vácuo.	04	UNID
88	Filtros bacteriológicos para sistema de vácuo medicinal	04	UNID
89	Óleo para bomba de vácuo medicinal	10	litros
90	Anel de grafite para pistão de compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
91	Graxa de alta temperatura	01	KG
92	Kit de rolamentos completos para compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
93	Biela de motor compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
94	Pistões para motor compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
95	Sílica granulada	10	KG
96	Filtros bacteriológicos compatível com compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
97	Solenóide para compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
98	Válvula de retenção vecao de bronze	04	UNID
99	Mangueira de 6mm	05	Metro
100	Mangueira de 8mm	05	Metro
101	Mangote de 1" com cordoalha de inox	02	UNID

6.5. Das Condições de Entrega do Serviço e dos itens sob demanda:

6.5.1. Os itens acessórios e necessários a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência devem ser novos, originais e de alta qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros problemas que comprometam sua usabilidade e a prestação dos serviços.

6.5.2. A CONTRATADA é responsável por reparar ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, quaisquer serviços ou itens (acessórios) que apresentem defeitos, problemas ou que não estejam de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, independentemente de serem resultado de transporte inadequado, execução deficiente ou má fabricação.

6.6. Da Substituição do Objeto

6.6.1. A PRESTADORA CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de serviço ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria Municipal de Saúde. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.6.2. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.7. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.7.1. A PRESTADORA CONTRATADA deverá apresentar Nota(s) Fiscal(is) que, além das informações exigidas pela legislação vigente, deve(m) incluir, especificamente no campo de descrição, os detalhes referentes à ordem do serviço prestado.

6.8. Da Garantia do Serviço

6.8.1. A garantia do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida pelo prestador, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo prestador nos casos em que seu prazo seja superior.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto desta contratação será recebido conforme as instruções a seguir:

7.2. PROVISORIAMENTE, Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) Fiscal do Contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021), para efeito de verificação da conformidade do serviço com as especificações neste Termo de Referência;

7.3. DEFINITIVAMENTE, de até 05 (cinco) dias úteis após a verificação da qualidade e condições dos serviços prestados (equipamentos/funcionalidade dos serviços), bem como, a conformidade dos documentos, quantitativos e especificações deste Termo de Referência/Contrato.

7.4. O RECEBIMENTO DEFINITIVO e a conferência no item anterior são de responsabilidade do(a) Fiscal do Contrato, a quem compete o Atesto nas Notas Fiscais.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7.6. Na entrega dos itens/serviços serão verificados:

7.7. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

7.8. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar integralmente as normas técnicas e regulatórias expedidas pelos órgãos competentes, especialmente aquelas emitidas pela ANVISA, bem como pelas legislações correlatas aplicáveis aos serviços de saúde, além das boas práticas de fornecimento ao setor público, assegurando a eficiência, segurança operacional e conformidade técnica dos equipamentos.

7.9. Todos os procedimentos executados pela contratada, incluindo a entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e eventual substituição dos equipamentos, deverão estar em plena conformidade com as normas técnicas específicas da ANVISA e da legislação vigente, além dos dispositivos contratuais firmados com a Administração, garantindo o pleno funcionamento e a compatibilidade dos equipamentos com a estrutura operacional das unidades de saúde.

7.10. Qualquer falha na execução contratual, tais como atraso na entrega dos serviços, defeitos recorrentes, incompatibilidade técnica, ausência de suporte técnico, demora injustificada na substituição de unidades avariadas ou serviços fora das especificações, deverá ser corrigida pela contratada de forma imediata e sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

7.11. A aceitação inicial dos serviços prestados não exime a contratada de sua responsabilidade posterior, podendo a Administração Pública, a qualquer tempo, identificar falhas, vícios ocultos, omissões técnicas, condutas dolosas ou incompatibilidades operacionais, cabendo à contratada a adoção das medidas corretivas necessárias ou o ressarcimento por eventuais prejuízos causados à Administração.

7.12. O descumprimento das obrigações contratuais ou das condições técnicas previstas neste instrumento poderá ensejar a recusa da aceitação dos serviços, sem qualquer ônus para a Administração Pública, e acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, bem como na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O prestador de serviço será selecionado através de *PREGÃO ELETRÔNICO* nos ditames do art. 6º, XLI da lei 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 034, de 14 de março de 2024, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** - Em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024.

8.2. Modo de Disputa

8.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, tendo em vista que "*Envolve a apresentação de lances públicos e sucessivos*", conforme art. 56, I da lei 14.133/21.

8.3. Regime de execução

8.3.1. O regime de execução do contrato será por **Empreitada Global**.

8.4. Forma de Execução

8.4.1. Inviabilidade Técnica do Parcelamento

8.4.1.1 O objeto da contratação compreende a manutenção preventiva e corretiva das redes de gases medicinais, envolvendo sistemas interligados e de funcionamento contínuo, tais como centrais de abastecimento, redes canalizadas, pontos de consumo, sistemas de geração de ar comprimido e vácuo clínico.

8.4.1.2 Tais sistemas operam de forma **integrada e interdependente**, de modo que qualquer intervenção em um de seus componentes pode impactar diretamente o desempenho e a segurança de toda a rede. Nesse contexto, o parcelamento do objeto implicaria riscos relevantes, dentre os quais se destacam:

- i. **Fragmentação da responsabilidade técnica**, dificultando a identificação da origem de falhas e a responsabilização por eventuais incidentes;
- ii. **Comprometimento da integridade sistêmica**, tendo em vista que diferentes empresas poderiam adotar procedimentos técnicos distintos, sem a devida padronização;
- iii. **Risco à segurança do paciente e dos profissionais de saúde**, considerando que falhas nos sistemas de gases medicinais podem afetar diretamente a assistência clínica;

- iv. **Dificuldade de coordenação operacional**, especialmente em situações emergenciais que exigem resposta imediata e integrada;
- v. **Incompatibilidade entre intervenções técnicas de diferentes prestadores**, sobretudo no que se refere à substituição de peças, calibração de equipamentos e ajustes de pressão e fluxo;
- vi. **Prejuízo à rastreabilidade das manutenções realizadas**, comprometendo o controle histórico das intervenções e o planejamento de ações preventivas;
- vii. **Aumento da complexidade da fiscalização contratual**, exigindo maior esforço da Administração para gerenciar múltiplos contratos interdependentes.

8.4.1.3 Adicionalmente, a natureza dos serviços exige a presença de responsável técnico único, com visão global do sistema, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e acompanhamento contínuo das condições operacionais da rede, o que se torna incompatível com a execução fragmentada por múltiplos contratados.

8.4.1.4 Diante do exposto, resta evidenciado que o parcelamento do objeto **não se mostra tecnicamente viável**, uma vez que comprometeria a segurança, a eficiência e a confiabilidade dos sistemas de gases medicinais. Assim, a contratação deverá ser realizada de forma **global e integrada**, garantindo: unidade na execução dos serviços, padronização técnica, responsabilidade técnica centralizada, maior controle e segurança operacional, adequada gestão e fiscalização contratual.

8.5. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. **Comprovação de aptidão para execução do objeto licitado**, deverá ser mediante atestados/declarações emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de instalação e/ou manutenção de redes de gases medicinais, abrangendo sistemas de oxigênio, ar comprimido e vácuo clínico;

- a. Para atender ao disposto acima é necessário que o (s) Atestado (s) ou declaração(ões) permita (m) a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter a razão social como número do CNPJ, o endereço, o número do telefone, com a identificação do signatário e com a assinatura do responsável;
- b. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- c. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

II. **Certidão de registro da empresa no CREA**, válida e vigente, com área de atuação compatível com o objeto licitado.

III. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro funcional **Engenheiro Responsável Técnico**, devidamente registrado no CREA, com atribuições compatíveis ao objeto.

IV. Comprovação de emissão de **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** para os serviços executados, nos termos da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

V. A empresa deverá apresentar **Alvará Sanitário** vigente emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

VI. **Apresentar descrição detalhada do objeto ofertado** para o presente certame.

- a. Em relação a descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência/edital, ficando a contratada sujeita a desclassificação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO

- 9.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;
- 9.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;
- 9.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;
- 9.4. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;
- 9.5. Assegurar que a prestação dos serviços contratados ocorra de forma contínua, eficiente e em estrita observância às condições técnicas exigidas neste Termo de Referência, garantindo o perfeito funcionamento dos equipamentos e pronta resposta às demandas da Administração;
- 9.6. Disponibilizar canais de atendimento técnico e suporte, inclusive aos finais de semana e feriados, para suporte remoto, substituição de equipamentos e atendimento a eventuais falhas operacionais, assegurando a continuidade dos serviços de saúde;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 9.8. Realizar, às suas expensas e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as correções necessárias ou adotar providências imediatas, sempre que constatada inadequação, falha técnica ou descumprimento contratual, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde;
- 9.9. Comunicar a gestão de contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;
- 9.10. Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do contrato a terceiros, salvo mediante autorização formal e prévia da Administração, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- 9.11. Apresentar, sempre que exigido, declaração formal de responsabilidade sobre a integridade dos serviços prestados, comprometendo-se a readequar ou substituir equipamentos ou procedimentos que forem considerados inadequados, sem qualquer custo adicional à Administração;
- 9.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas para contratar com a Administração Pública, devendo apresentar, quando solicitado, os documentos comprobatórios atualizados;
- 9.13. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo Contrato;
- 9.14. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;
- 9.14.1. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

9.15. Emitir Nota Fiscal de prestação de serviços conforme a legislação tributária vigente, contendo, no mínimo, a descrição dos serviços prestados, período de locação, valor total e demais informações necessárias para conferência e liquidação da despesa.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

10.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela prestadora contratada e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou Contrato;

10.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pela prestadora contratada, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

10.4. Notificar por escrito a PRESTADORA CONTRATADA, por qualquer irregularidade relacionada ao Contrato;

10.5. Comunicar por escrito a prestadora contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais.

11. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão e fiscalização do Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL	NOME: AMANDA CORDEIRO DE VASCONCELOS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Da Rede Hospitalar MATRÍCULA: 56281-8
FISCAL SUPLENTE	NOME: CAMILA THAIANE SILVA DE FREITAS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência MATRÍCULA: 56197-6
GESTOR TITULAR	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 561998
GESTOR SUPLENTE	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 561985

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. A presente contratação tem como valor estimado nos serviços de manutenções o importe total anual de R\$ 2.335.800 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos reais). Será empenhado um valor de R\$ 597.303,73 (quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e três reais e setenta e três centavos) para a aquisição de peças e acessórios sob demanda destinado aos equipamentos da Rede de Gases Medicinais. Ressalta-se que as peças/partes/componentes/acessórios, deverão ser originais e compatíveis com o(s) equipamento(s).

12.2. Projeta-se o orçamento total em **R\$ 2.933.103,73 (dois milhões, novecentos e trinta e três mil e setenta e três centavos)**, como pode ser verificado no ANEXO I deste TR, tendo como valores referenciais os levantados no Orçamento Planilhado do processo.

12.3. Os quantitativos estimados para configuração dos valores planilhados, estão devidamente descritos e justificados em sede de ETP.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

13.2. O pagamento será efetuado a cada fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

13.3. O fornecedor/prestador contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

13.3.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor/prestador contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor/prestador contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

13.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

13.5. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

13.5.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

13.6. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

13.7. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

13.8. Para fins de pagamento, o fornecedor/prestador contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

13.9. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

13.10. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

14. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. A presente contratação tem vigência de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e sua duração observará as condições mencionadas nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

14.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o PRESTADOR;

b) demonstração de que o valor registrado na Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do PRESTADOR na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

14.2. O término do prazo de vigência da contratação não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

15. DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

15.1.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

15.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.2.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

15.3. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- i. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. indenizações e multas.

16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado na data de 23 de março de 2026.

16.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará o FORNECEDOR/PRESTADOR CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, e art. 36 do Decreto Municipal n.º 35 de 14 de março de 2024, mediante provocação da administração e/ou do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes do contrato ocorrerão pela fonte de recurso do órgão participante do Pregão, conforme indicada abaixo:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferência a saúde
Fonte de recurso	153	Recurso do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda individual união
Fonte de recurso	176	Emenda de bancada união
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.39.00	Outros serviços terceiros pessoa jurídica

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL

Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

18.2. A presente contratação está em consonância com o planejamento estratégico e metas governamentais para o ano de 2026, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração. Sendo assim, a demanda se encontra em alinhamento com as diretrizes de gestão da entidade, além de ter alinhamento com as peças orçamentárias.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *contratação* ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;

V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de *contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *contratação* ou da execução contratual.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

19.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19.7. Da Advertência

19.7.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

19.8. Da Multa

19.8.1. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;

IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

19.8.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

19.9. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente;

20.2. O Fornecedor/Prestador Contratado fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

20.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru-PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

20.4. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) máxima(s) da contratação.
---------	--

Caruaru (PE), 18 de junho de 2026.

Pollyane Costa Siqueira
Secretária Executiva de Regulação e Atenção Especializada

Leticia Marianne Rodrigues Silva
Gerência Geral de Gestão

ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADE(S) MÁXIMA(S) DA CONTRATAÇÃO.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT	MÉDIA FINAL	TOTAL
1	24597 (SIMILAR)	Serviço de manutenção corretiva de forma ilimitada nas redes de gases medicinais, contemplando assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, e reposição de peças desde os pontos de abastecimento até o ponto de utilização. Serviço realizado nas centrais de manifold e todo o sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico medicinal. A execução do serviço de manutenção corretiva será realizado mediante abertura de chamado diretamente com a empresa contratada, a mesma terá um tempo de 24h para realizar o atendimento e resolução da situação de manutenção ou em caso de emergência deverá ser realizado de imediato. O serviço deve ser executado em nas unidades de saúde do município de Caruaru que possuam, rede de gases medicinais, pontos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico . Deve ser gerada uma Ordem de serviço sempre que for executada a manutenção corretiva a mesma deve ser assinada pelo técnico executor da empresa e o responsável técnico. O serviço deve manter o funcionamento ininterrupto do fornecimento de gases medicinais de forma a garantir a segurança de abastecimento das unidades de saúde do município de Caruaru.	UND./ SERVIÇO	60	R\$ 1.933,33	R\$ 115.999,80
2	24597 (SIMILAR)	Serviço de manutenção preventiva contemplando assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, e reposição de peças desde os pontos de abastecimento até o ponto de utilização, de forma programada por meio de cronograma estipulado de acordo com manuais do fabricante ou conforme as legislações vigentes no país. As manutenções preventivas devem ocorrer de forma mensal com visitas quinzenais na rede gases medicinais ou em caso de emergência em 24h nos pontos de consumo e centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico. Deve ser gerado um relatório de manutenção preventiva sempre que finalizado o serviço, o relatório deve ser claro objetivo e apontar a real situação dos sistemas de gases medicinais e as possíveis soluções para o problema. Devem ser realizadas teste de estanqueidade da rede de gases conforme o fabricante com periodicidade mínima anual. O serviço deve ser executado em todas as unidades de saúde do município de Caruaru que possuam rede de gases medicinais, pontos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico.	UND./ SERVIÇO	60	R\$ 36.996,67	R\$ 2.219.800,20
3	Fornecimento de peças sob demanda para manutenções corretivas e preventivas nas centrais de ar comprimido e vácuo clínico medicinal das unidades de saúde do município de Caruaru-PE.(VALOR MERAMENTE PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS)					R\$ 597.303,73
TOTAL GERAL						R\$ 2.933.103,73

1 - Em conformidade com Decreto Municipal 080, de 05/10/2023, IN Nº 65, de 7/7/2021, Recomendação 003/2022 Ministério Público de Pernambuco (MPPE) Corroborando com o Manual de Pesquisas de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

2 - Os Parâmetros adotados na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: Pannel de Preços, Aquisições e Contratações Similares de outros entes Públicos (Atas) e Pesquisa direta com Fornecedores. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 6º)

3 - A Metodologia utilizada, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 7º)

4 - Como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Média de Preço entre as propostas apresentadas, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.

5 - Anexamos documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizadas conforme fontes acima, destacamos que de acordo com orientação do TCE/PE na pesquisa em banco de preços optamos por ampliar a pesquisa para o máximo de valores possíveis encontrados.



ANEXO II (EDITAL)

CADASTRO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____ / ____	
RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	
CIDADE/ UF:	CEP:
TELEFONE: ()	FAX: ()
E-MAIL:	
BANCO/CÓDIGO:	AGÊNCIA/CÓDIGO:
CONTA CORRENTE:	
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS /CONTRATO:	
RG:	CPF:
CARGO NA EMPRESA:	
CONTATO E INFORMAÇÃO SOBRE A COTAÇÃO E/OU REPRESENTANTE NESTA PRAÇA:	
TELEFONE: ()	

Assinatura identificada do Representante Legal da Empresa



ANEXO III (EDITAL)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2026 – SMS

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____ - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ____/2026 - UC-SAÚDE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ____/2026 - UC-SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE CARUARU PE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 106.***.***-29 e RG nº. 9***.705-SDS/PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____ com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, representada pelo _____, CPF nº. _____ e R.G. nº. _____, residente e domiciliado em _____, pactuam o presente Contrato, cuja celebração é decorrente do **Processo de Licitação** nº. ____/2026 – **Pregão Eletrônico** nº. ____/2026 - doravante denominado **CONTRATADO**, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

contratação de empresa especializada em **Manutenção Preventiva e Corretiva, Para Rede de Gases Medicinais, com Reposição de Peças sob Demanda**, pelo período de 12 meses, a fim de atender às necessidades das unidades ambulatoriais, de emergência e hospitalar, por meio das ações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), pelo período de 12 meses, conforme especificações e estimativas de consumo constantes da relação em Anexo a este instrumento, bem como edital e anexos e a proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato vincula-se às determinações da **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC nº. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024, e suas alterações; aplicam-se ainda à presente relação jurídica contratual os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL E DO RECEBIMENTO**Parágrafo Primeiro - Das Condições de Execução**

I - Início da execução do objeto: Em até **10 (dez) dias** após a assinatura do contrato e o envio da Autorização de Serviço, a contratada deverá prestar os serviços nos termos constante neste termo de Referência, acompanhadas da nota fiscal.

II - Caso não seja possível executar o objeto na data assinalada, a PRESTADORA CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Parágrafo Segundo - Local/Horário da Prestação dos Serviços

<i>Unidade de Saúde</i>	<i>Endereço</i>
UPA- SALGADO (localizada no Complexo Municipal de Saúde do Salgado Dr. Antônio Vieira),	Rua Rodopiano Florêncio, s/n, no bairro Salgado, Caruaru - PE, CEP: 55019-125
UPA- RENDEIRAS Dr. José Barreto	R. Maj. João Coelho, 165 - Rendeiras, Caruaru - PE, 55022-220
UPA-BOA VISTA Dr. Amorim	Av. Caruaru, 943 - Nova Caruaru, Caruaru - PE, 55038-270
MATERNIDADE MUNICIPAL SANTA DULCE DOS POBRES	R. Luar do Sertão, 288 - Luiz Gonzaga, Caruaru - PE, 55020-520
HOSPITAL MUNICIPAL Dr. MANOEL AFONSO	R. Quitéria Francisca da Silva, 494 - Maria Auxiliadora, Caruaru - PE, 55038-215

Parágrafo Terceiro - Da Prestação dos Serviço

Os serviços a serem executados, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para consumo, estão descritos a seguir:

I. CENTRAIS DE CILINDROS DE GASES MEDICINAIS

- Retirada de vazamentos das centrais gasosas;
- Verificação de vazamentos nos ramais e flexíveis e necessidades de substituição;
- Substituição de diafragmas das centrais;
- Regulagem dos manômetros;
- Aferição e inspeção dos manômetros;
- Substituição de flexíveis, terminais curvos e ramais quando os mesmos estiverem vencidos ou danificados;
- Treinamento de equipe de manutenção da unidade para correta substituição e armazenamento de cilindros.

II. Composição de central (peças de substituição)

- Flexíveis – trocados anualmente ou quando danificado;
- Terminais curvos – trocados quando danificados por má utilização;
- Ramais – trocados quando danificados
- Manômetros de alta pressão e baixa pressão – trocados quando estão descalibrados, travados ou oxidados;
- Diafragmas – trocados quando os reguladores apresentam passagem direta.

III. Rede de Tubulação/Serviços:

- Inspeção de vazamentos de acordo com cronograma desenvolvido;
- Pintura tubulações quando necessário.
- Afixação de Tubulações quando necessário;

- d. Pintura e identificação de fluxo conforme ABNT 12188;
- e. Elaboração de relatório mensal;
- f. Testes de estanqueidade periódicos (com agendamento) setorizado.

IV. Postos de Consumo

- a. Verificação de vazamentos;
- b. Substituição de reparo interno em caso de passagem direta (molas de acionamento, oring's e reparos internos).
- c. Reposição de canoplas e adesivos de identificação;
- d. Manutenção em réguas de gases medicinais com substituição de mangueiras, molas de acionamento, oring's e reparos internos.

V. Sistema de Alarme

- a. Teste do sistema de alarmes;
- b. Verificação de adesivos e do seu correto funcionamento;
- c. Treinamento de equipe sobre o correto uso deste equipamento;
- d. Substituição quando necessário.

VI. Treinamento e orientação de utilização das redes e equipamentos de gasoterapia

- a. Treinar e orientar equipes de enfermagem e manutenção sobre uso e manuseio correto dos equipamentos de gasoterapia e substituição de cilindros de gases.

VII. Sistema de Geração de Ar comprimido

- a. O sistema de geração de ar medicinal deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros coalescente, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

VIII. Sistema de Geração de Vácuo Clínico

- a. O sistema de geração de vácuo deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros bacteriológicos, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com um manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

IX. Os serviços serão executados mensalmente ou de acordo com a necessidade em casos emergenciais no prazo de 24h; deverá prever o fornecimento de todo material e mão de obra necessária à execução dos serviços, para o pleno funcionamento do equipamento;

X. As correções das falhas e/ou defeitos que, por sua natureza técnica, não possam ser efetuados dentro do prazo acima estipulado, terão novo prazo limite fixado pela contratante, mediante justificativa expressa da contratada, para sua efetiva realização.

XI. A empresa será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais desde os sistemas de abastecimento até o ponto de utilização dos gases, próximo ao paciente, mantendo equipe treinada e peças de reposição em prontidão para quaisquer eventualidades, atendendo às necessidades de maneira rápida e eficaz com exclusivo sistema de apoio à manutenção.

XII. Entende-se por manutenção preventiva, a assistência técnica realizada mensalmente, agendada em período combinado com a empresa, em que o técnico observa individualmente todos os equipamentos, procedendo à limpeza, a verificação mecânica, eletrônica e checagem geral, incluindo-se a substituição de peças e acessórios gastos ou que possam comprometer o funcionamento normal dos equipamentos;

XIII.A manutenção preventiva contempla os serviços efetuados para manter a rede de gases funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, vistoria visual, visita técnica, eliminação de vazamentos, substituição de peças que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com o objetivo de atualização da rede e acessórios, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e testes (caso sejam necessários), entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.

Parágrafo Quarto - Das Peças/Componentes a serem adquiridos sob demanda:

I - São passíveis de troca, por desgaste ou quebra todas as peças/acessórios/componentes necessários ao bom e correto funcionamento dos equipamentos constantes neste termo de referência, quantas vezes se fizer necessário, incluindo-se: fiação elétrica dos equipamentos, rolamentos, fusíveis, botões, cabos e peças de reposição;

II - A substituição de peças/acessórios/componentes deverá ser efetuada com material original, novo, não-recondicionado, recomendado pelo fabricante;

III - Em caso de reposição, as peças terão garantia de até 90 dias corridos, sem ônus para a CONTRATANTE, caso seja necessária nova reposição nesse período;

IV. Todo e qualquer serviço realizado com necessidade de reposição de peças/acessórios/componentes deverá ser totalmente efetuado pela CONTRATADA com a devida reposição com itens originais novos ou com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos itens de produção original e de acordo com as especificações técnicas dos aparelhos danificados;

V - As peças/acessórios/componentes necessários à prestação dos serviços, bem como todo material utilizado nos serviços de manutenção corretiva, ou mesmo preventiva, serão fornecidos pela CONTRATADA, e passarão a ser de propriedade da Contratante;

VI - Todas as peças/acessórios/componentes porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA aos fiscais do contrato;

VII - Para os casos em que o(s) item(ns) não for(em) mais fabricado(s), a Contratada, obriga-se a enviar justificativa e documento do fabricante por escrito atestando o fato;

VIII - Todas as peças substituídas deverão ser identificadas visualmente e descritas em relatório pela CONTRATADA.

IX. Peças a serem adquiridas sob demanda:

LISTA DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA REDE E POSTOS CONSUMO DE GASES MEDICINAIS E EQUIPAMENTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA			
item	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID
01	Tubo de cobre Classe A 15mm x 5m	05	UNID
02	Tubo de cobre Classe A 22mm x 5m	05	UNID
03	Tubo de cobre Classe A 28mm x 5m	05	UNID
04	Tubo de cobre Classe A 35mm x 5m	05	UNID
05	Tubo de cobre Classe A 42mm x 5m	05	UNID
06	Tubo de cobre Classe A 54mm x 5m	05	UNID
07	Cotovelo Cobre 15mm 90° Classe A	05	UNID
08	Cotovelo Cobre 22mm 90° Classe A	05	UNID
09	Cotovelo Cobre 28mm 90° Classe A	05	UNID
10	Cotovelo Cobre 35mm 90° Classe A	05	UNID
11	Cotovelo Cobre 42mm 90° Classe A	05	UNID
12	Cotovelo Cobre 54mm 90° Classe A	05	UNID

13	Luva Cobre 15mm Classe A	05	UNID
14	Luva Cobre 22mm Classe A	05	UNID
15	Luva Cobre 28mm Classe A	05	UNID
16	Luva Cobre 35mm Classe A	05	UNID
17	Luva Cobre 42mm Classe A	05	UNID
18	Curva 45° de cobre com anel 15 mm	05	UNID
19	Curva 45° de cobre com anel 22 mm	05	UNID
20	Curva 45° de cobre com anel 28 mm	05	UNID
21	Redução Tê cobre central 22mmx15mmx22mm	05	UNID
22	Redução Tê cobre central 28mmx15mmx28mm	05	UNID
23	Redução Tê cobre central 28mmx15mmx22mm	05	UNID
23	Redução Tê cobre central 35mmx22mmx35mm	05	UNID
24	Redução Tê cobre central 42mmx28mmx42mm	05	UNID
25	Redução Tê cobre central 54mmx28mmx54mm	05	UNID
26	Tê cobre 15mm	05	UNID
27	Tê cobre 22mm	05	UNID
28	Tê cobre 28mm	05	UNID
29	Tê cobre 35mm	05	UNID
30	Tê cobre 42mm	05	UNID
31	Tê cobre 54mm	05	UNID
32	Bucha redução cobre soldável 22mm x 15mm	05	UNID
33	Bucha redução cobre soldável 35mm x 15mm	05	UNID
34	Bucha redução cobre soldável 28mm x 15mm	05	UNID
35	Bucha redução cobre soldável 28mm x 22mm	05	UNID
36	Bucha redução cobre soldável 42mm x 28mm	05	UNID
37	Bucha redução cobre soldável 42mm x 35mm	05	UNID
38	Bucha redução cobre soldável 35mm x 28mm	05	UNID
39	Solda Prata Varetas 15% a 35% / 1,6 mm	01	KG
40	Caixa Seccionadora p/ Gases Medicinais (oxigênio, Ar medicinal, Vácuo)	10	UNID
41	Válvula de Esfera Tripartida 1/2"	05	UNID
42	Válvula de Esfera Tripartida 3/4"	05	UNID
43	Válvula de Esfera Tripartida 1"	05	UNID
44	Válvula de Esfera Tripartida 1.1/4"	05	UNID
45	Válvula de Esfera Tripartida 2"	05	UNID
46	União de cobre com anel 15 mm	05	UNID
47	União de cobre com anel 28 mm	05	UNID
48	União de cobre com anel 35 mm	05	UNID
49	União de cobre com anel 42 mm	05	UNID
50	União de cobre com anel 54 mm	05	UNID
51	Niple duplo de bronze roscável 1/2"	05	UNID
52	Niple duplo de bronze roscável 3/4"	05	UNID
53	Niple duplo de bronze roscável 1.1/2"	05	UNID
54	Niple duplo de bronze roscável 1.3/4"	05	UNID
55	Niple duplo de bronze roscável 2"	05	UNID
56	Conector Rosca Fêmea bronze 15 mm	05	UNID
57	Conector Rosca Fêmea bronze 22 mm	05	UNID
58	Conector Rosca Fêmea bronze 28 mm	05	UNID
59	Conector Rosca Fêmea bronze 35 mm	05	UNID
60	Conector Rosca Fêmea bronze 42 mm	05	UNID
61	Conector Rosca Macho bronze 15 mm	05	UNID
62	Conector Rosca Macho bronze 22 mm	05	UNID
63	Conector Rosca Macho bronze 28 mm	05	UNID
64	Conector Rosca Macho bronze 35 mm	05	UNID
65	Conector Rosca Macho bronze 42 mm	05	UNID
66	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De Ar Medicinal completo	25	UNID
67	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De vácuo clínico completo	25	UNID
68	Posto De Consumo Parede Externa P/ Rede De Oxigênio completo	25	UNID
69	Painel De Alarme P/ Rede De Ar Medicinal	10	UNID
70	Painel De Alarme P/ Rede De Vácuo Clínico	10	UNID
71	Painel De Alarme P/ Rede De Oxigênio	10	UNID
72	Serpentina Flexível de cobre para central Manifold de gases medicinais (ar comprimido e oxigênio medicinal)	60	UNID
73	Válvula de alta pressão para central de manifold 0-350kgf/cm² acompanhando o manômetro de baixa pressão 0-16 Kgf/cm² , conexão de entrada e saída no padrão ABNT NBR 11725 e 11906 para ar comprimido medicinal.	05	UNID

74	Manômetro glicerinado para compressor de ar comprimido medicinal rosca 1/4" - 0-16bar	05	UNID
75	Bloco central manifold semi-automáticos (módulos de comutação) para ar comprimido medicinal completo.com Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 12188. incluso com manômetros; para vazão de no mínimo 90m³/h; Chapa central.	05	UNID
76	Pressostato baixa pressão - até 14 bar Ar	05	UNID
77	Niple de posto de consumo de Ar comprimido medicinal completo	25	UNID
78	Niple de posto de consumo de oxigênio medicinal completo	25	UNID
79	Niple de posto de consumo para porta de de Vácuo clínico medicinal completo	25	UNID
80	Terminal curvo para central de manifold de gases medicinais ar comprimido e oxigênio medicinal. Suporte vazão de no mínimo 90m³/h.	60	UNID
81	Bloco central manifold semi-automáticos (módulos de comutação) para Oxigênio medicinal completo.com Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 12188. incluso com manômetros; para vazão de no mínimo 90m³/h; Chapa central.	04	UNID
82	Ramal 6x6 para central de manifold de ar comprimido medicinal.	05	UNID
83	Ramal 4x4 para central de manifold de ar comprimido medicinal.	05	UNID
84	Ramal 6x6 para central de manifold de oxigênio medicinal.	05	UNID
85	Ramal 4x4 para central de manifold de oxigênio medicinal.	05	UNID
86	Palhetas grafitadas rotativas, componentes móveis instalados no rotor da bomba de vácuo responsáveis pela geração do vácuo. Compatíveis com bomba de vácuo medicinal trifásica.	04	UNID
87	Filtro de Ar para bomba de vácuo medicinal trifásica, elemento filtrante de para retenções de secreções e partículas antes de atingir a bomba de vácuo.	04	UNID
88	Filtros bacteriológicos para sistema de vácuo medicinal	04	UNID
89	Óleo para bomba de vácuo medicinal	10	litros
90	Anel de grafite para pistão de compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
91	Graxa de alta temperatura	01	KG
92	Kit de rolamentos completos para compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
93	Biela de motor compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
94	Pistões para motor compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
95	Silica granulada	10	KG
96	Filtros bacteriológicos compatível com compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
97	Solenóide para compressor de ar comprimido medicinal	03	UNID
98	Válvula de retenção vecao de bronze	04	UNID
99	Mangueira de 6mm	05	Metro
100	Mangueira de 8mm	05	Metro
101	Mangote de 1" com cordoalha de inox	02	UNID

Parágrafo Quinto - Das Condições de Entrega do Serviço e dos itens sob demanda:

I - Os itens acessórios e necessários a execução dos serviços descritos neste Termo de Referência devem ser novos, originais e de alta qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros problemas que comprometam sua usabilidade e a prestação dos serviços.

II - A CONTRATADA é responsável por reparar ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, quaisquer serviços ou itens (acessórios) que apresentem defeitos, problemas ou que não estejam de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, independentemente de serem resultado de transporte inadequado, execução deficiente ou má fabricação.

Parágrafo Sexto - Da Substituição do Objeto

I - A PRESTADORA CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de serviço ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria Municipal de Saúde. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente

igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

II - O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

Parágrafo Sétimo - Da documentação necessária na entrega do objeto

I - A PRESTADORA CONTRATADA deverá apresentar Nota(s) Fiscal(is) que, além das informações exigidas pela legislação vigente, deve(m) incluir, especificamente no campo de descrição, os detalhes referentes à ordem do serviço prestado.

Parágrafo Oitavo - Da Garantia do Serviço

I - A garantia do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida pelo prestador, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo prestador nos casos em que seu prazo seja superior.

Parágrafo Nono - Do Recebimento do Objeto

I. O objeto desta contratação será recebido conforme as instruções a seguir:

II. PROVISORIAMENTE, Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) Fiscal do Contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 de 2021), para efeito de verificação da conformidade do serviço com as especificações neste Termo de Referência;

III. DEFINITIVAMENTE, de até 05 (cinco) dias úteis após a verificação da qualidade e condições dos serviços prestados (equipamentos/funcionalidade dos serviços), bem como, a conformidade dos documentos, quantitativos e especificações deste Termo de Referência/Contrato.

IV. O RECEBIMENTO DEFINITIVO e a conferência no item anterior são de responsabilidade do(a) Fiscal do Contrato, a quem compete o Atesto nas Notas Fiscais.

V. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

VI. Na entrega dos itens/serviços serão verificados:

VII. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

VIII. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar integralmente as normas técnicas e regulatórias expedidas pelos órgãos competentes, especialmente aquelas emitidas pela ANVISA, bem como pelas legislações correlatas aplicáveis aos serviços de saúde, além das boas práticas de fornecimento ao setor público, assegurando a eficiência, segurança operacional e conformidade técnica dos equipamentos.

IX. Todos os procedimentos executados pela contratada, incluindo a entrega, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e eventual substituição dos equipamentos, deverão estar em plena conformidade com as normas técnicas específicas da ANVISA e da legislação vigente, além dos dispositivos contratuais firmados com a Administração, garantindo o pleno funcionamento e a compatibilidade dos equipamentos com a estrutura operacional das unidades de saúde.

X. Qualquer falha na execução contratual, tais como atraso na entrega dos serviços, defeitos recorrentes, incompatibilidade técnica, ausência de suporte técnico, demora injustificada na substituição de unidades avariadas ou serviços fora das especificações, deverá ser corrigida pela contratada de forma imediata e sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

XI. A aceitação inicial dos serviços prestados não exime a contratada de sua responsabilidade posterior, podendo a Administração Pública, a qualquer tempo, identificar falhas, vícios ocultos, omissões técnicas, condutas dolosas ou incompatibilidades operacionais, cabendo à contratada a adoção das medidas corretivas necessárias ou o ressarcimento por eventuais prejuízos causados à Administração.

XII. O descumprimento das obrigações contratuais ou das condições técnicas previstas neste instrumento poderá ensejar a recusa da aceitação dos serviços, sem qualquer ônus para a Administração Pública, e acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, bem como na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Atribui-se a esse Contrato o valor total de **R\$ ()** referente ao objeto previsto na Cláusula Primeira, para a totalidade do período mencionado na Cláusula terceira, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. Unit	V. total

Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

- I. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.
 - a. As notas fiscais de fornecimento/prestação deverão ser emitidas e entregues no dia 20 de cada mês, sendo que os fornecimentos/prestação deverão ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês corrente. No primeiro faturamento, poderá ocorrer a emissão parcial da nota fiscal para ajuste do período. Os fornecimentos/prestação que ocorrerem após essa data deverão ser faturados no mês seguinte.
- II. O prestador/contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
 - a. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o prestador/contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o prestador/contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

- III. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- IV. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.
 - a. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- V. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- VI. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.
- VII. Para fins de pagamento, o prestador/contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado/contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- VIII. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.
- IX. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de formalização de contrato, entrará em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12(doze) meses, considerando o exercício financeiro nos termos do art.105 da Lei n° 14.133, de 2021, considerando a natureza continuada do objeto.

Parágrafo Segundo - O término do prazo de vigência do Contrato não implica extinção das obrigações decorrentes destes, ainda em execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

Parágrafo Segundo - Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

Parágrafo Terceiro - Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

Parágrafo Quarto - Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

Parágrafo Quinto - Assegurar que a prestação dos serviços contratados ocorra de forma contínua, eficiente e em estrita observância às condições técnicas exigidas neste Termo de Referência, garantindo o perfeito funcionamento dos equipamentos e pronta resposta às demandas da Administração;

Parágrafo Sexto - Disponibilizar canais de atendimento técnico e suporte, inclusive aos finais de semana e feriados, para suporte remoto, substituição de equipamentos e atendimento a eventuais falhas operacionais, assegurando a continuidade dos serviços de saúde;

Parágrafo Sétimo - Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Parágrafo Oitavo - Realizar, às suas expensas e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as correções necessárias ou adotar providências imediatas, sempre que constatada inadequação, falha técnica ou descumprimento contratual, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde;

Parágrafo Nono - Comunicar a gestão de contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

Parágrafo Décimo - Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do contrato a terceiros, salvo mediante autorização formal e prévia da Administração, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

Parágrafo Décimo Primeiro - Apresentar, sempre que exigido, declaração formal de responsabilidade sobre a integridade dos serviços prestados, comprometendo-se a readequar ou substituir equipamentos ou procedimentos que forem considerados inadequados, sem qualquer custo adicional à Administração;

Parágrafo Décimo Segundo - Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas para contratar com a Administração Pública, devendo apresentar, quando solicitado, os documentos comprobatórios atualizados;

Parágrafo Décimo Terceiro - Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo Contrato;

Parágrafo Décimo Quarto - Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

I - Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

Parágrafo Décimo Quinto - Emitir Nota Fiscal de prestação de serviços conforme a legislação tributária vigente, contendo, no mínimo, a descrição dos serviços prestados, período de locação, valor total e demais informações necessárias para conferência e liquidação da despesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da Contratante:

I - Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

II - Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela prestadora contratada e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital, do Edital ou Contrato;

III - Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pela prestadora contratada, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

IV - Notificar por escrito á PRESTADORA CONTRATADA, por qualquer irregularidade relacionada ao Contrato;

V - Comunicar por escrito a prestadora contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

VI - A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL	NOME: AMANDA CORDEIRO DE VASCONCELOS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Da Rede Hospitalar MATRÍCULA: 56281-8
FISCAL SUPLENTE	NOME: CAMILA THAIANE SILVA DE FREITAS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência MATRÍCULA: 56197-6
GESTOR TITULAR	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 561998
GESTOR SUPLENTE	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 561985

- a. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Conforme Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, e Arts. 16 e 17 do **Decreto Municipal nº. 050, de 14 de julho de 2023**, cabe ao gestor e fiscal do contrato as seguintes atribuições:



CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. Das atribuições inerentes aos Fiscais de Contratos, designados pelas autoridades competentes:

- I - Ler minuciosamente o contrato, conhecer o objeto e todos os serviços descritos no Projeto Básico/Termo de Referência e seus apensos, bem como deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas a sua execução;*
- II - Juntar aos autos do processo, toda documentação relativa à fiscalização da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;*
- III - Verificar o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual (prazo de entrega, obrigações, vigência, valor, quantidade, observância da descrição do material ou serviço, modo de execução etc.);*
- IV - Confirmar medições dos serviços, cronogramas e fornecimentos;*
- V - Se reportar ao preposto da empresa, evitando dar ordens aos profissionais da contratada;*
- VI - Conferir as Notas Fiscais entregues pelo contratado/fornecedor, observando se:*
 - a) Esta possui validade;*
 - b) Foi apresentada com tempo hábil para pagamento;*
 - c) Está corretamente preenchida;*
 - d) Os dados bancários estão informados, bem como se o valor cobrado (unitário e total), corresponde ao que foi fornecido ou ao serviço prestado.*
- VII - Verificar se a nota fiscal foi emitida posteriormente ao empenho;*
- VIII - Atentar-se para o fato de que todo serviço ou fornecimento de material originado de uma contratação deve ser executado somente a partir da assinatura do contrato, autorização de compra/fornecimento ou ordem de execução de serviços e o respectivo empenho;*
- IX - Encaminhar por escrito ao gestor do contrato, questões relacionadas à:*
 - a) Prorrogação de contrato (cuja deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes);*
 - b) Comunicação para abertura de nova licitação (antes que o estoque de bens termine);*
 - c) Comunicação sobre quaisquer adversidades que forem detectados na prestação do serviço e que resulte em implicações no pagamento.*
- X - Informar por escrito, à autoridade competente, as irregularidades encontradas em situações que se mostrem desconformes com o edital, com o contrato ou com a lei;*
- XI - Exigir somente o que for previsto no contrato de modo que qualquer alteração relacionada à condição contratual deve ser submetida à Secretaria de Administração do Município, acompanhada das justificativas pertinentes;*
- XII - Recusar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. Nesses casos, a ação do fiscal deverá observar o que está previsto no contrato e no procedimento licitatório, principalmente no tocante ao prazo esperado;*
- XIII - Propor aplicação das sanções administrativas ou rescisão contratual à Contratada, em decorrência da inobservância ou desobediência das cláusulas contratuais, instruções e/ou ordens da Fiscalização;*
- XIV - Constatar se é o contratado quem executa o contrato, bem como certificarse de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais;*
- XV - Reunir, após o cumprimento do contrato, os documentos pertinentes à obra/serviço e encaminhá-los ao órgão competente, a fim de que sejam arquivados para eventuais consultas;*
- XVI - Solicitar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;*
- XVII - Realizar o recebimento provisório de obras e serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e art. nº 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/21, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento provisório, devendo constar:*
 - b) A entrega das obras e dos serviços para fins de transferência de posse para a Administração Pública;*
 - b) As obrigações contratuais que serão mantidas até o advento do recebimento definitivo;*

c) Detalhamento de forma que descreva, minuciosamente, o objeto recebido especialmente no caso de obras e serviços com maior complexidade;

d) O estabelecimento do prazo de 15 dias, a partir da comunicação do contratado.

XVIII - Nas obras e serviços, o fiscal do contrato não atesta o recebimento definitivo nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93. O ato de atestar deve ser realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, utilizando Termo Circunstanciado no recebimento definitivo, devendo constar:

a) Conferência da verificação técnica feita pelo fiscal;

b) Regularidade administrativa contratada;

c) Adequação ou não do objeto aos termos contratuais;

d) Prazo de até 90 dias a partir do recebimento provisório.

XIX - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XX - Emitir mensalmente, nos termos do art. 23 desta Instrução Normativa, Formulário de Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados (Anexo I).

Art. 17. Das atribuições inerentes aos Gestores de Contratos, designados pelas autoridades competente e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases;

II - Designar, mediante portaria, o fiscal do contrato e seu respectivo suplente;

III - Verificar junto aos fiscais de contratos se os prazos de entrega, especificações e quantidades contratadas, encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, bem como as prestações de serviços;

IV - Controlar a vigência do contrato;

V - Viabilizar as alterações contratuais necessárias (aditivos, apostilamentos e retificações) em tempo hábil;

VI - Iniciar, de forma ágil e eficiente, os procedimentos necessários para prorrogação ou realização de nova licitação, de forma que não ocorra interrupção dos serviços contratados ou materiais fornecidos;

VII - Adotar as medidas cabíveis para aplicação das sanções previstas;

VIII - Garantir aos fiscais de contrato plenas condições para o adequado exercício das suas funções de fiscalização, permitindo o acesso aos documentos, bens, materiais e serviços objeto do contrato, disponibilizar os bens e equipamentos necessários do exercício da fiscalização, se for o caso, incluindo veículos.

IX - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

X - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

XI - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

XII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos.

XIII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

XIV - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

XV - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais

penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XVI - Adotar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

§1º O Gestor de contrato deve ser designado formalmente, mediante portaria específica, seguindo o mesmo trâmite estabelecido no art. 9 desta Instrução Normativa.

§2º Não sendo designado formalmente um Gestor para o contrato, este será, automaticamente, o Secretário/Chefe de Gabinete do Prefeito/Procurador Geral/Presidente de Autarquia e Fundos, responsável por assinar as solicitações para a contratação.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, que neste certame é de **23 de março de 2026**

Parágrafo Segundo - Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados - conforme previsto no Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 - mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

I - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - Fica assegurado o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, e art. 36 do Decreto Municipal n.º 35 de 14 de março de 2024, mediante provocação da administração e/ou do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no Art. 121, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

Parágrafo Primeiro - Art. 5º DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133, DE 2021

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

A) 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

B) 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da dispensa ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

C) 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

D) 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

E) 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

F) 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da dispensa ou da execução contratual.

Parágrafo Segundo - Art. 9º DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Quarto - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quinto - Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Parágrafo Sexto - Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;
- II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.
- III - Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo Sétimo - Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;

IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

Parágrafo Oitavo - Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

I - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Parágrafo Nono - Do Impedimento de Licitar

A) Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;

V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respectiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

- I. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

I. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Terceiro - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Para assinatura do contrato, a contratada deverá efetuar, o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, através de boleto emitido pela Secretaria da Fazenda Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

Contratos com o Município (Emissão, Renovação e/ou Aditivos).	Taxa Correspondente
Até R\$ 2.000,00	UFM* s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,01	UFM s 500

*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUT. AÇÕES DE ASSIST. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX.HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferência a saúde
Fonte de recurso	153	Recurso do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda individual união
Fonte de recurso	176	Emenda de bancada união
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.39.00	Outros serviços terceiros pessoa jurídica

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUT. AÇÕES DE ASSIST. DE MÉDIA E ALTA COMPLEX.HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recursos do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Parágrafo Segundo - Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

Parágrafo Terceiro - É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

- I. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.
- II. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).
- III. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.



CARUARU
PREFEITURA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU

Sr. Matheus Eduardo Lima Neves

CONTRATANTE

EMPRESA

CONTRATADO

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____

TESTEMUNHA: _____ CPF/MF: _____



ANEXO II (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DESIGNADOS

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula Nº. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contratos**, do(s) Contrato(s) Nº. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula Nº. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente



CARUARU
PREFEITURA

ANEXO III (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCALIS DESIGNADOS

Eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contratos**, do(s) Contrato(s) N°. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto N°. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

(Nome do fiscal titular)

Fiscal Titular

(Nome do fiscal suplente)

Fiscal Suplente